



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Giselle Elias Miranda

**Estudo da resiliência em famílias no contexto  
de um programa de reunificação familiar**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Giselle Elias Miranda

## **Estudo da resiliência em famílias no contexto de um programa de reunificação familiar**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Estudos da criança  
Área de especialização em Intervenção Psicossocial com  
Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Ana Tomás de Almeida**  
e da  
**Professora Doutora Maria Ângela Mattar Yunes**

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

*Licença concedida aos utilizadores deste trabalho*



Atribuição-NãoComercial-Compartilhaigual  
CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## AGRADECIMENTOS

Estes dois anos de caminhada transformaram minha maneira de perceber e experienciar a vida. É com alegria e entusiasmo que venho agradecer a todos que fizeram parte desta conquista.

Em especial, agradeço à Professora Doutora Ana Maria Tomás de Almeida pela sabedoria, atenção e empenho para a concretização deste trabalho. Obrigada pelo apoio e as palavras de incentivo nos momentos difíceis.

À Professora Doutora Maria Ângela Mattar Yunes que aceitou com alegria o convite para a Coorientação desta investigação, obrigada pelo exímio trabalho, carinho e disponibilidade para a construção luso-brasileira desta tese, é isto que a torna tão rica e singular.

À Professora Doutora Maria Altina Silva Ramos pela prontidão e auxílio no desafio da análise qualitativa.

Quero dedicar este trabalho às crianças e jovens que estão em Casas de Acolhimento, especialmente, aos participantes destes estudo que compartilharam conosco sentimentos e vivências tão íntimos, felizmente, após a superação desta fase.

Aos meus pais Lucimar e Marciana pelo amor, apoio e compreensão das minhas inesperadas decisões.

Ao meu irmão, Robert Lucas, pelos conselhos preciosos, total disponibilidade e encorajamento naqueles momentos cruciais desta jornada, bem como pela leitura crítica e atenta das versões preliminares da tese, contribuindo para o seu aperfeiçoamento, estou também especialmente grata.

As amigas Claudiane e Anastasia não só por compartilhar um lar, mas pela escuta e incentivo durante todo este processo.

A amizade de ouro da Rebeca que, mesmo longe, fez-se presente de diversas formas em minha vida.

Por fim, e não menos importante, ao meu noivo Francisco Costa, que é a materialização do amor em minha vida, a mais doce surpresa do universo. Obrigada por tudo, te amo!

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Estudo da resiliência em famílias no contexto de um programa de reunificação familiar

### Resumo

Atualmente, em Portugal, o acolhimento residencial de crianças e jovens é a segunda medida de promoção e proteção mais aplicada no país. Ainda que a reunificação familiar seja vislumbrada e muitas vezes sucedida, as frequentes reentradas destas famílias no sistema de proteção alertam-nos para a necessidade de refletir ou ainda reformular as estratégias de intervenção que tem sido adotadas junto à estas famílias, a fim de garantir que a reunificação tenha êxito e estabilidade.

A reunificação familiar é um processo complexo que se inicia desde a entrada da criança e/ou jovem na instituição e continua após o regresso, contribuindo para a sua consolidação. O presente estudo tem como objetivo analisar as dinâmicas mobilizadoras dos processos resilientes nas famílias ao longo da participação no Programa de competências parentais durante o acolhimento e reunificação familiar – “Caminhar em família” (Balsells et al., 2005).

Trata-se de uma investigação qualitativa de caráter descritivo e retrospectivo desenvolvida no âmbito de um estudo de caso. A amostra não probabilística foi composta por 4 famílias, sendo 5 progenitores e 6 crianças/jovens que saíram do acolhimento no último ano ou já estavam aptas à reunificação. Realizaram-se grupos focais e entrevistas semiestruturadas com as famílias após a participação no programa. O anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos foram assegurados. Para a análise de conteúdo e tratamento dos dados obtidos, recorreu-se a utilização do software de análise qualitativa Nvivo12. A discussão dos resultados foi subsidiada por referenciais teóricos do estudo da resiliência familiar, em especial, pelos contributos de Lietz e Strenght (2011) e Walsh (1996, 2016).

Os resultados identificaram diferentes forças e recursos individuais e familiares na gestão da crise e em respostas específicas às necessidades das famílias nos diferentes estádios do acolhimento e reunificação. A participação no Programa “Caminhar em Família” permitiu predizer o fortalecimento da resiliência de pais e filhos, induzida pela compreensão, capacitação e empoderamento dos elementos nas diferentes etapas da medida de proteção. Os resultados salientam a importância de promover a resiliência da família nos programas socioeducativos para a reunificação familiar.

**Palavras-chave:** Acolhimento Residencial, Programas de Intervenção, Proteção da Infância, Resiliência Familiar, Reunificação Familiar.

## Study of family resilience in the context of a family reunification program

### Abstract

Currently, in Portugal, residential care for children and youngsters is the second most applied measure of promotion and protection in the country. Although family reunification is usually very successful, the frequent re-entry of these families into the protection system warns us of the need to reflect or reformulate the intervention strategies that have been adopted with these families to ensure that reunification is successful and stable.

Family reunification is a complex process that begins from the time the child and / or youngster enters the institution and continues hereinafter their return (to the family), contributing to its consolidation. The present study aims to analyse the mobilizing dynamics of resilient processes in families throughout their participation in the "Walking in Family" Programme of parenting competence in foster care and family reunification (Balsells et al., 2005).

This investigation is a qualitative study with a descriptive and retrospective design within a case study. The non-probabilistic sample consisted of 4 families, 5 parents and 6 children/youngster who had left the foster institutions in the previous year or were ready for reunification. Focus groups and semi-structured interviews were conducted with families after participation in the program. The anonymity and confidentiality of the data collected were ensured. For the content analysis and treatment of the obtained data, we used the qualitative analysis software Nvivo12. The discussion of the results was based on theoretical references in the study of family resilience, especially by the contributions of Lietz and Strenght (2011) and Walsh (1996, 2016).

The results identified different strengths and resources of the family and individual members in crisis management and in responses to specific needs of the families in the different stages of foster care and reunification. The participation in the "Walking in Family" Program allows us to predict the strengthening of the resilience of parents and children, induced by the understanding, training, and empowerment of the elements in the different stages of the protection measure. The results underline the importance of promoting family resilience in socio-educational programs for family reunification.

**Keywords:** Child Protection, Family Resilience, Family Reunification, Intervention Programs, Residential Care.

## ÍNDICE

Introdução	13
I. Enquadramento teórico	16
1. Acolhimento residencial: revisão histórica e enquadramento legal na legislação portuguesa	16
1.1. Do acolhimento à reunificação familiar: possibilidades e desafios	18
2. Psicologia Positiva e Resiliência: um novo olhar para o desenvolvimento humano	20
2.1 O conceito de Resiliência	21
3- Resiliência familiar	23
3.1 Estudos empíricos sobre a resiliência familiar	25
4. A resiliência familiar durante o acolhimento e reunificação de crianças e jovens institucionalizados	33
4.1. Caminhar em Família: programa de competências parentais durante o acolhimento e a reunificação familiar	37
II. Metodologia	38
1. Desenho do estudo e definição das hipóteses	38
1.1 - Hipótese geral:	38
1.2 - Hipóteses específicas	38
2. Participantes	39
3. Instrumentos	40
4. Procedimentos	41
5. Análise e tratamento dos dados	42
5.1 Descrição das categorias de análise	43
III. Resultados	46
1. Sobrevivência	47
2. Adaptação	49
3. Aceitação	52

4.Crescimento e Desenvolvimento	56
5. Ajuda aos outros	58
IV. Discussão	61
V. Conclusão	66
Bibliografia	68
ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL E EM GRUPO COM AS CRIANÇAS E JOVENS	76
ANEXO 2: GUIÃO GRUPO DE DISCUSSÃO COM AS FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM NO PROGRAMA	84

## Lista de Figuras

**Figura 1** Os estádios da resiliência familiar e os dez fatores de força

**Figura 2** Fases da reunificação e os estádios da resiliência familiar durante o processo de acolhimento.

**Figura 3** Associação entre categorias e *corpus* de análise

**Figura 4** Associação entre as subcategorias da Sobrevivência e o *corpus* de análise

**Figura 5** Associação entre as subcategorias da Adaptação e o *corpus* de análise

**Figura 6** Associação entre as subcategorias da Aceitação e o *corpus* de análise

**Figura 7** Associação entre a subcategoria de Crescimento e Desenvolvimento e o *corpus* de análise

**Figura 8** Associação entre a subcategoria de Ajuda aos outros e o *corpus* de análise

## Lista de Quadros

**Quadro 1** Processos-chave da Resiliência Familiar

**Quadro 2** Dez fatores de forças familiares identificadas no processo de resiliência familiar

**Quadro 3** Características das crianças e jovens participantes

**Quadro 4** Características dos progenitores participantes

**Quadro 5** Categorias e Subcategorias de análise

**Quadro 6** Sobrevivência – Subcategorias e unidades de significado

**Quadro 7** Adaptação – Subcategorias e unidades de significado

**Quadro 8** Aceitação – Subcategorias e unidades de significado

**Quadro 9** Crescimento e Desenvolvimento – Subcategorias e unidades de significado

**Quadro 10** Ajuda aos Outros – Subcategorias e unidades de significado

## Lista de Siglas

APA *American Psychological Association*

CASA Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CDC Convenção Internacional dos Direitos da Criança

CDSS Centro Distrital da Segurança Social

CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

DOM Plano Desafios, Oportunidades e Mudanças

DP Desvio Padrão

EI Entrevista Individual

FAAR *Family Adjustment and Adaptation Response*

GF Grupo Focal

GRISIJ Grupo de Investigação sobre Intervenções Socioeducativas na Infância e Adolescência

LPCJP Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

**M** Média

**N** Amostra

OMS Organização Mundial de Saúde

QDAS *Qualitative Data Analysis Software*

RF Resiliência Familiar

SERE + Programa Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS

*“Somos assim: sonhamos o voo, mas tememos a altura. Para voar é preciso ter coragem para enfrentar o terror do vazio. Porque é só no vazio que o voo acontece. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Mas é isso o que tememos: o não ter certezas. Por isso trocamos o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram”.*

*Fiódor Dostoiévski*

## Introdução

Em Portugal, a institucionalização de crianças e jovens é compreendida como parte de um sistema de proteção à infância e juventude, cuja atuação é voltada para a garantia de uma resposta qualificada ajustada aos menores em situação de desproteção (Rodrigues et al., 2013). Neste cenário, o acolhimento residencial é regulamentado como uma medida de colocação prevista na Lei 147/99, de 01 de setembro art. 49º. Esta medida consiste na atribuição da confiança da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade habilitada que deverá garantir os cuidados adequados e a satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais dos acolhidos (Instituto da Segurança Social, I.P., 2018).

Contudo, são diversos os desafios à reconstrução do projeto de família. Para Delgado e Gersão (2018) mesmo com o passar do tempo, o sistema de acolhimento português permaneceu fiel a paradigmas ultrapassados. A maioria das práticas de intervenção executadas pelas equipas técnicas ainda partem de um caráter focado na criança, orientadas para o treino de competências pessoais, sociais, académicas e formativas (Instituto da Segurança Social, I.P., 2017). Em contrapartida, no âmbito do acolhimento residencial, a investigação evidencia que o envolvimento dos membros do agregado familiar, inclusive os pais e a criança e/ou o jovem nas tomadas de decisões, tem-se tornado primordial, a medida em que tais ações têm garantido resultados mais positivos quando comparadas com os resultados de processos realizados exclusivamente pelos profissionais envolvidos (Balsells et al., 2014).

Estas divergências entre teoria e prática, expõe a necessidade da criação de propostas de intervenções que proporcionem efetivo impacto nas realidades experienciadas por estas famílias, principalmente no que tange as medidas cabíveis para o favorecimento das aptidões necessárias à reunificação familiar. Para aprofundarmos esta dialógica e à luz do interesse contínuo na atuação profissional baseada em evidências, surge a presente investigação que está integrada em uma parceria estabelecida entre a Universidade do Minho (Portugal), a Universidade de Lleida e a Universidade de Barcelona (Espanha). Esta parceria tem como intuito a implantação, estudo e avaliação do Programa de apoio as competências parentais no processo de acolhimento e reunificação familiar “Caminhar em família” (Balsells et al., 2015).

O referido programa socioeducativo foi planeado para fomentar às competências parentais específicas que se devem desenvolver no processo de acolhimento e reunificação familiar (Balsells et al., 2015). O projeto está sustentado em três eixos teóricos, a saber, a parentalidade positiva e

proteção da infância; participação/protagonismo da criança e o fomento da resiliência familiar. No presente estudo, o principal objetivo será analisar as dinâmicas mobilizadoras dos processos resilientes nas famílias ao longo da participação no programa.

A promoção dos aspectos da resiliência familiar no trabalho com famílias em situações de desproteção justifica-se pela importância de uma intervenção voltada não apenas para os desajustes e fragilidades que circundam estes sujeitos, mas sobretudo para o fomento de capacidades e reconhecimento de pontos fortes que possam contribuir para as mudanças pessoais e dinâmicas familiares (Balsells et al., 2015).

Ao compreender que a intervenção baseada na construção de forças é uma maneira relevante para atuar com as famílias em situação de risco, Lietz e Strength (2011), sugerem um modelo dos processos de Resiliência familiar a partir de dez fatores de forças identificados como úteis para famílias no decorrer do processo do acolhimento residencial até a conquista da reunificação familiar. Na presente investigação, pretende-se contrastar os dados coletados com o referido modelo teórico no intuito de analisar associações e divergências no modo como as famílias do estudo construíram estratégias para reagir as dificuldades e realizarem as mudanças necessárias para alcançarem a reunificação dos filhos.

A discussão dos resultados também será subsidiada por outros referenciais teóricos no estudo da resiliência familiar, em especial, os contributos de Walsh (1996,1998,2003,2005,2016). Esta escolha resulta do interesse em buscar evidências e associações entre, os processos de resiliência específicos a situação de acolhimento e reunificação e os processos-chave da resiliência familiar envolvidos nos demais contextos de crise, o que favorecerá a compreensão dos aspectos cognitivos, comportamentais e emocionais envolvidos nas dinâmicas familiares, que favorecem o seu fortalecimento.

Para melhor contextualização e exposição dos conteúdos, o presente trabalho está organizado em cinco capítulos. A primeira parte corresponde ao enquadramento teórico, no qual apresenta-se a revisão de literatura que fundamenta este estudo. Será revisitada a temática do acolhimento residencial no que tange seu histórico e enquadramento dentro da legislação portuguesa bem como os desafios enfrentados até a atualidade. As teorias que embasam o estudo serão expostas, a saber, o surgimento e importância do olhar pela Psicologia Positiva, a resiliência como um construto individual, a resiliência familiar e a descrição do Programa Caminhar em Família. A segunda parte descreve a metodologia do estudo. Refere-se o desenho da investigação, os objetivos

e hipóteses. Expõem-se caracterização da amostra, os instrumentos e procedimentos utilizados para a recolha de dados e a maneira como foi executado o tratamento e análise do conteúdo.

Na terceira parte são apresentados os resultados. Estes estão organizados de acordo com os cinco estádios da resiliência familiar propostos por Lietz e Strenght (2011). Para melhor visualização, utilizou-se figuras e quadros para sistematizar o conteúdo. A quarta parte corresponde à discussão dos resultados à luz dos modelos teóricos da resiliência familiar. Por último, são feitas algumas considerações finais e apresentam-se as contribuições e implicações práticas do estudo, as suas limitações e sugestões para futuras linhas de investigação.

## I. Enquadramento teórico

### 1. Acolhimento residencial: revisão histórica e enquadramento legal na legislação portuguesa

De acordo com Amaro (2008) a proteção das crianças é uma questão antiga em Portugal. Efetivamente, é possível recuar a 1498, data em que a então rainha Leonor fundou as chamadas Misericórdias, instituições que abrigavam crianças pobres e sem-teto. Em geral, o trabalho com estas crianças era pouco sistematizado e, até finais do século XIX, estas instituições eram invariavelmente asilares concebidas para um número elevado de crianças/jovens e cuidadas por um número significativamente reduzido de profissionais, tendo estes pouca qualificação para o trabalho (Rodrigues, BarbosaDucharne, & Del Valle, 2013). As instituições acabavam por expressar um caráter macro assistencialista, que buscava suprir apenas a necessidades mais básicas das crianças e jovens, tais como a guarda, a alimentação e a higiene. Porém, eram conhecidas inúmeras insuficiências no tratamento afetivo, as baixas expectativas relativas à realização escolar, os castigos, a precariedade dos processos de autonomia e perda da individualidade das crianças e jovens que cresciam nas instituições.

Em termos legislativos, em 1911 ocorre a aprovação da primeira lei que regulamenta os direitos sobre a proteção infantil no país. Em 1928 Portugal adota a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança e, posteriormente, estas orientações internacionais são atualizadas com a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças - CDC, ratificada por Portugal em 1990.

Conforme estabelecido na CDC, o sistema jurídico português considera criança uma pessoa menor de 18 anos. Na nomenclatura portuguesa, a palavra "criança" designa o menino ou menina pré-adolescente, já a expressão "jovens" é usada para nomear adolescentes menores de 18 anos. Isso explica o uso da expressão "infância e juventude" na linguagem normal e em textos legais, incluindo a Constituição da República Portuguesa, que possui dois artigos sobre infância e juventude (Amaro, 2008, p.5).

Os artigos 69º e 70º da referida Constituição discorrem sobre os direitos da infância e juventude afirmando que as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, discriminação e opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Da mesma

maneira, os jovens devem gozar de proteção especial para consolidação dos seus direitos económicos, sociais e culturais.

Após a ratificação da CDC, o Estado português emite a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP, Lei 147/99 de 1 de setembro (posteriormente alterada pela Lei nº142/2015 de 08 de setembro), que regulamenta e estabelece o modo operante para a intervenção, promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens em situação de perigo. De acordo esta lei uma situação de perigo ocorre “quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo” – artigo 3º, nº 1. O artigo 35º da referida lei regulamenta ainda que, quando uma criança ou jovem é exposto a uma situação que represente perigo, faz-se necessária uma intervenção do Estado. Esta intervenção assume a forma de medidas de promoção e proteção e são executadas por meio de medidas em meio natural de vida, medidas de colocação, ou encaminhamento para a adoção.

O acolhimento residencial é regulamentado como uma medida de colocação prevista na Lei 147/99, de 01 de setembro art. 49º. Esta medida consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem aos cuidados de uma entidade habilitada que deverá garantir os cuidados adequados e a satisfação das necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais dos acolhidos (Instituto da Segurança Social, I.P., 2018). Neste cenário, a institucionalização em Portugal passa a ser compreendida como parte de um sistema de proteção das crianças e jovens, cuja atuação é voltada para a garantia de uma resposta qualificada ajustada aos menores em situação de desproteção (Rodrigues et al., 2013).

Com intuito de assegurar o desenvolvimento da promoção e proteção dos direitos das crianças em situação de acolhimento residencial, foi criada pelo Estado português legislação específica para o fomento de planos de intervenções e regulamentação subsequente, publicados por meio dos despachos de leis, a citar o Despacho nº 8393/2007 e posteriormente o Despacho nº 9016/2012.

O Despacho nº 8393/2007 de 10 de maio de 2007 cria o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças, de âmbito nacional. O Plano tinha como principal objetivo implementar medidas de qualificação que incentivassem a promoção de direitos e proteção da infância, no sentido de uma educação para a cidadania e desinstitucionalização. Posteriormente este programa veio a ser substituído pelo Programa Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS (SERE +) (Despacho nº 9016/2012, de 4 de julho, 2012).

A partir de uma remodelação do Plano Dom, o Programa SERE + tem como proposta uma intervenção integrada e mais especializada, tendo como objetivo a implementação de medidas de formação dos profissionais da rede de lares de infância e juventude. Tais medidas são voltadas para uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos, para que sejam trabalhados com a maior brevidade possível aspectos de uma educação para a cidadania, promovendo um sentido de identidade, de autonomia e segurança para produzir a desinstitucionalização das crianças em acolhimento prolongado (Despacho nº 9016/2012, de 4 de julho, 2012).

### **1.1. Do acolhimento à reunificação familiar: possibilidades e desafios**

De acordo com os dados estatísticos do último Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) 2018, foram aplicadas e/ou estão em execução 34.935 medidas de promoção e proteção. Em primeiro lugar estão as medidas no meio natural de vida, nomeadamente, as medidas de apoio junto dos pais, aplicadas em 79,2% dos casos. O acolhimento residencial enquadra-se dentre as medidas que supõem a retirada da criança do seu agregado familiar e foi apontado como a segunda medida mais aplicada no país, correspondendo a 9,4% dos processos em vigor. Em terceiro lugar está o apoio junto de outro familiar, deferido em 9,3% dos processos. Das restantes medidas deferidas aparecem a confiança a pessoa idônea em 1,1%, o apoio para a autonomia de vida em 0,8% e o acolhimento familiar em 0,3% dos processos (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2019). Foi apontado ainda pelo Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA) que em 2017 existiam 7.553 crianças e/ou jovens acolhidos (Instituto da Segurança Social, I.P., 2018).

Cabe então às equipas técnicas das instituições de acolhimento, garantir a preparação do futuro de cada criança ou jovem acolhido através de planos de intervenção individual (projetos de vida) seguros e adequados a respeitar o superior interesse da criança, de acordo com a decisão do Tribunal ou da Comissão de Proteção (Instituto da Segurança Social, I.P., 2018). Os projetos de vida podem abarcar as seguintes oportunidades: 1) A reintegração na família nuclear ou alargada; 2) A inserção noutra família, tutora, adotiva ou de apadrinhamento civil; 3) A autonomização gradual com vista à vida independente quando a reunificação familiar se encontre comprometida ou mesmo inviabilizada. Foi apontado pelo relatório CASA (2017) que a reunificação familiar é a segunda opção atribuída

como projeto de vida às crianças e jovens institucionalizados, com especial enfoque no escalão etário dos 4-17 anos, ficando atrás do apoio para autonomia de vida (autonomização) sobretudo para o escalão etário dos 15-20 anos.

Conceitualmente, para Balsells et al. (2015) “a reunificação familiar, dentro do sistema de proteção à infância, refere-se ao processo pelo qual os filhos voltam a viver com sua família de origem após um período de separação da mesma, causado por uma situação de desamparo, negligência ou maltrato” (Balsells et al., 2015, p.15).

Todavia, ainda que a reunificação seja vislumbrada e conseguida, no ano de 2017, 240 crianças reentraram no sistema de proteção após terem retornado para sua família de origem (Instituto da Segurança Social, I.P., 2018). Estes dados alertam para a necessidade de refletir sobre as estratégias de intervenção que tem sido adotadas junto a estas famílias, ou ainda, reformular as que estão sendo aplicadas, afim de a reunificação familiar ser bem sucedida e permanente. A análise das tendências de atuação dos profissionais das instituições de acolhimento residencial do Relatório Casa (2016) refere que, a maioria das práticas executadas pelas equipas técnicas ainda partem de um carácter focado na criança, orientadas para o treino de competências pessoais, sociais, académicas e formativas (Instituto da Segurança Social, I.P., 2017).

Em contrapartida, os estudos científicos assinalam que, as intervenções que salvaguardam a perspectiva ecológica de natureza integrada e sistêmica têm ganho relevância devido a sua eficácia. No âmbito do acolhimento residencial, a investigação evidencia que o envolvimento dos membros do agregado familiar, inclusive os pais e a criança e/ou o jovem nas tomadas de decisões, tem-se tornado primordial, na medida em que tais ações têm garantido resultados mais positivos quando comparadas com os resultados de processos realizados exclusivamente pelos profissionais envolvidos (Balsells et al., 2014).

Alinhada à prática dos profissionais, a fundamentação teórica que irá sustentar e orientar estas intervenções é de suma importância. No âmbito desta investigação científica iremos analisar as questões da reunificação familiar no quadro dos pressupostos teóricos da Psicologia Positiva, com especial enfoque nos estudos dos processos de resiliência aplicados a estes indivíduos e suas famílias. Em contrapartida a muitas abordagens teóricas que estão focalizadas nos fatores de risco e fragilidades que circundam estes sujeitos, a proposta da Psicologia Positiva é identificar e potencializar os fatores de proteção destas famílias, a partir do conhecimento dos seus pontos fortes e entendendo as capacidades evidenciadas pelos envolvidos (Amorós et al., 2010; Balsells, 2007; Balsells et al., 2015).

## 2. Psicologia Positiva e Resiliência: um novo olhar para o desenvolvimento humano

De acordo com Seligman e Csikszentmihalyi (2000), desde a segunda guerra mundial, a psicologia era vista como uma ciência sobre a cura, com foco principal na reparação das doenças do funcionamento humano. Esta atenção quase exclusiva à patologia negligenciava os aspectos que permitiam que os indivíduos conseguissem superar as vivências traumáticas, não obstante estarem imersos em contextos adversos.

Conforme Yunes (2003), surge a partir de 1998 o movimento que reclama por uma Psicologia Positiva, protagonizado em grande parte pelo PhD Martin Seligman, na época presidente da *American Psychological Association* (APA). O autor apontava para a necessidade de uma mudança no escopo das contribuições da Psicologia da época. Foram indicadas as lacunas presentes nos estudos psicológicos com destaque para a necessidade de investigações sobre aspectos positivos do ser humano tais como esperança, criatividade, coragem, sabedoria, espiritualidade, felicidade (Paludo & Koller, 2007).

De acordo com Yunes (2003) somente em 2001 o periódico editado pela renomada *American Psychologist*, apresenta formalmente a psicologia positiva como uma “tentativa de levar os psicólogos contemporâneos a adotarem uma visão mais aberta e apreciativa dos potenciais, das motivações e das capacidades humanas” (Sheldon & King, 2001, p. 216). Conceitualmente, a psicologia positiva busca o entendimento dos processos e fatores que proporcionam o desenvolvimento psicológico sadio (Poletto, 2006). Para tal, seus estudos buscam aprofundar o entendimento de construtos tais como o bem-estar, emoções positivas, resiliência, entre outros.

Desde então, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já se pronunciou diversas vezes sobre a importância do olhar positivo sobre a saúde. Em 2004 foi apontado em seu relatório a consideração de que a saúde mental é mais que a ausência de um transtorno psicológico. Define-se como um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Dentre estes processos que promovem a saúde mental, a resiliência é citada como um descritor de saúde positiva e bem-estar (OMS, 2010). A perspectiva da resiliência aposta nesta visão positiva, considerando que fatores individuais e de contexto devem ser fortalecidos para assegurar um desenvolvimento adequado da saúde mental dos indivíduos (Molina, Vaquero, & Vázquez, 2017).

## 2.1 O conceito de Resiliência

Historicamente, a noção de resiliência surgiu no final do século XIX, em estudos nas áreas da Física e da Engenharia que tinham como intuito buscar a relação entre a força aplicada em um corpo e a deformação que essa força produzia nele. Estas investigações progrediram a partir da resiliência de materiais, que corresponde a avaliação e medição da capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica ou permanente (Yunes & Szymanski, 2001).

Entretanto, o estudo da resiliência dentro do campo da psicologia ainda é considerado recente (Masten, 2014; Yunes, 2003, 2015). Contudo, há que se advertir para a necessidade de não se resumir o conceito trazido pela resiliência de materiais para a compreensão do fenômeno da resiliência como um processo psicológico experimentado pelos indivíduos. Isto porque o estudo dos fenômenos humanos é muito mais complexo e multifacetado e, conseqüentemente, requer análises distintas e apropriadas para sua fundamentação. Por conseqüência, existem muitas divergências dentro da comunidade científica quanto a este conceito e sua aplicação.

Os primeiros teóricos que abordaram a temática da resiliência a definiam como uma “capacidade de resistir e se recuperar da adversidade” (Walsh, 1996, p. 262); “variação individual em resposta do risco” (Rutter, 1987, p. 317); ou ainda “um processo dinâmico que engloba a adaptação positiva no contexto de adversidades significativas” (Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000, p. 543). Com o avanço das investigações empíricas sobre o tema, o conceito passou a ser designado de uma maneira mais abrangente e relativa, conforme abordado por Rutter:

A resiliência tem como ponto de partida o reconhecimento de que existe uma enorme heterogeneidade nas respostas das pessoas a todos os tipos de adversidades ambientais. A resiliência é uma inferência baseada na evidência de que alguns indivíduos têm um resultado melhor do que outros que experimentaram um nível comparável de adversidade (Rutter, 2012, p.335).

De acordo com Yunes e Szymanski (2001), as pesquisas pioneiras do estudo da resiliência tinham por objetivo investigar a criança ou o adolescente, numa perspectiva individualista, focada nos traços e disposições pessoais. O psiquiatra infantil Michael Rutter é frequentemente referenciado pelos seus estudos. A partir dos anos 70 o autor realizou diversas pesquisas longitudinais com intuito de observar a resiliência durante a trajetória de vida das crianças perpassadas por vulnerabilidades. De acordo com Yunes e Szymanski (2001) em um de seus trabalhos, Rutter investigou uma amostra de sujeitos da cidade de Londres que haviam experienciado situações adversas, tais como: conflitos

na família dos pais, baixa renda, famílias numerosas, histórico de criminalidade de um dos pais, doença mental da mãe ou institucionalização sob custódia do Estado. Após a conclusão do referido estudo, o autor introduz o conceito de risco cumulativo ao identificar que um único estressor não tem impacto significativo no desenvolvimento das crianças, mas que a combinação de múltiplos fatores pode diminuir a possibilidade de consequências positivas no desenvolvimento e que estressores adicionais aumentam o impacto de outros estressores presentes (Yunes & Szymanski, 2001, p.18).

Esta relação entre risco e resiliência é frequentemente apresentada, todavia, Rutter (1993) nos alerta para alguns fatores que devem ser relevantes para esta análise. Primeiramente a resiliência não está no fato de se evitar experiências de risco e apresentar características saudáveis ou ter boas experiências; segundo, os fatores de risco podem atuar de diferentes maneiras em diferentes períodos do desenvolvimento; e por último, é necessário focar nos mecanismos de risco e não fatores de risco, pois o que é risco numa determinada situação pode ser proteção em outra (Yunes & Szymanski, 2001, p.26).

Este cuidado deve ser priorizado durante a análise de casos, uma vez que os indicadores de um evento estressor não necessariamente atribuem risco aos indivíduos e, sendo assim, é equivocado fazer inferências diretas de um indicador de risco sem interpretar o contexto e consequências deste evento. Rutter (1996) exemplifica este fato ao retratar a situação de perda de um dos pais para uma criança; a perda do progenitor isoladamente pode não consistir em risco por si só, mas devem ser levadas em conta as condições precedentes, bem como as consequências dessa perda no contexto familiar da criança, tais como o luto dos sobreviventes e os efeitos no relacionamento com a criança (Yunes & Szymanski, 2001, p.19).

Estudados paralelamente aos fatores de risco, os fatores de proteção também passam a existir como um processo associado à temática da resiliência. Conceitualmente, para Rutter (1985) os fatores de proteção são designados como as influências que modificam ou alteram as respostas pessoais para algum risco ambiental que predispõe a um resultado mal adaptativo (Dias & Williams, 2005). Neste sentido, de modo similar ao conceito de risco, os fatores de proteção também não são estáveis. Rutter (1985) descreve sistematicamente os mecanismos que colaboram para a ocorrência dos processos de proteção: 1) redução do impacto dos riscos, buscando neutralizar a exposição da pessoa à situação estressora; 2) redução das reações negativas em cadeia após a exposição à situação de risco; 3) auxílio para estabelecer e manter a autoestima e autoeficácia; 4) a criação de oportunidades para a mudança (Yunes & Szymanski, 2001).

Como produto final desses processos de proteção teremos o conceito de resiliência e a tese de que a combinação desses fatores pode apresentar um impacto maior no desenvolvimento mediante um efeito cumulativo da interação entre os mesmos (Yunes & Szymanski, 2001, p.40). Esse construto pode ainda ser ampliado e definido como um conjunto de processos que explicam não apenas a superação de adversidades, mas as transformações pessoais e contextuais que emergem como produto das experiências individuais, grupais e comunitárias (Yunes, 2015).

Portanto, ao nos depararmos com o estudo da resiliência e como este abrange tantos outros processos subjacentes, foi observado a necessidade de desenvolver modelos mais dinâmicos reconhecendo a importância de analisar a resiliência para além da ótica individualista, promovendo o enfoque nos processos ecológicos e grupais pertinentes. Dentre estas investigações, foram iniciados os estudos da resiliência familiar, para compreender como estes processos se desenvolvem e modificam tanto as trajetórias individuais como das famílias.

### **3- Resiliência familiar**

Durante as décadas de 80 e 90 emergiram diversas investigações sobre os processos da resiliência individual, focados principalmente no estudo das crianças em situações de adversidade e o impacto das mesmas no seu desenvolvimento. Ao avançarem nestes estudos e a partir dos resultados apontados, alguns pesquisadores ressaltaram a importância do estudo da resiliência em contextos mais abrangentes, tais como as famílias, grupos e comunidades. Sendo assim, em meados da década de 90 foram publicados os primeiros escritos sobre a resiliência familiar (RF) (Hawley & DeHann, 1996; Walsh, 1996).

Os estudos da investigadora norte-americana Froma Walsh tiveram grande destaque para compreensão da resiliência familiar. Walsh (1998) aborda que durante muito tempo os estudos clínicos das famílias foram predominantemente guiados por suas patologias e desajustes. Contudo com os avanços dos investigadores e terapeutas familiares sistêmicos, estas investigações começaram a se preocupar com aspectos ligados as competências e fortalecimento das famílias. “O enfoque da resiliência familiar se funda nestes avanços e deixa de ver a família como uma entidade prejudicada para a ver como uma entidade desafiada” (Walsh, 1998, p.18).

Walsh (1998) descreve o conceito da resiliência familiar enfocando o aspecto relacional da resiliência. Isso ultrapassa a visão contextual da resiliência individual e abarca os níveis de avaliação

do sistema familiar e a intervenção com este. A família é vista como uma unidade funcional baseada em processos interacionais. Esta avaliação sistêmica das famílias proporciona: a) identificar os recursos potenciais existentes dentro e fora do contexto familiar, por exemplo, na rede de parentescos e a comunidade e b) atender à confluência temporal das experiências vividas por estas entidades em distintas etapas do ciclo vital, bem como em suas sucessivas gerações (Walsh, 1998, p.16). Em síntese:

O foco na resiliência familiar busca identificar e fomentar processos-chave que possibilitem às famílias lidar de maneira mais eficaz e emergir de crises ou estresse persistente, seja dentro ou fora da família. Ao construir a resiliência familiar, fortalecemos a família como uma unidade funcional e capacitamos a família a promover a resiliência em todos os seus membros (Walsh, 1996, p. 263).

Ainda no que tange os termos conceituais, Hawley e DeHann (1996) definem:

Resiliência em famílias descreve a trajetória da família no sentido de sua adaptação e prosperidade diante de situações de estresse, tanto no presente como ao longo do tempo. Famílias resilientes respondem positivamente a estas condições de uma maneira singular, dependendo do contexto, do nível de desenvolvimento, da interação resultante da combinação entre fatores de risco, de proteção e de esquemas compartilhados (Hawley & DeHann, 1996, p. 293).

Logo, a resiliência em contexto familiar traz a possibilidade de fomento e fortalecimento de potencialidades e recursos das famílias podendo auxiliar no desenvolvimento de características da pessoa ao enfrentar situações adversas ou de risco (Rooke & Silva, 2012). O olhar da família pelo campo da resiliência não trata de buscar apenas os fatores de risco em que se situam e sim buscar as dimensões de proteção ao identificar as capacidades e pontos fortes destes sujeitos e os recursos contextuais que existem e que contribuem para a sua mudança pessoal e melhoria das dinâmicas familiares (Balsells et al., 2015).

### 3.1 Estudos empíricos sobre a resiliência familiar

De acordo com Gómez e Klotiarenco (2010), um dos principais estudos sobre RF provém do trabalho de McCubbin, Patterson e colaboradores (McCubbin & Patterson, 1983; McCubbin & McCubbin, 1988; McCubbin et al., 2002; Patterson, 1988; Patterson & Garwick, 1994). Dentre os diversos estudos, McCubbin et al. (2002) desenvolveram um modelo de RF conhecido como Resposta Familiar de Ajuste e Adaptação (*Family Adjustment and Adaptation Response - FAAR Model*). Este modelo é sustentado por cinco pressupostos teóricos:

- 1) As famílias experimentam estresses e dificuldades como um aspecto previsível da vida familiar ao longo do ciclo vital;
- 2) Possuem forças e desenvolvem competências para proteger e assistir os seus membros na recuperação;
- 3) Beneficiam-se e contribuem para uma rede de relações de suporte na sua comunidade, particularmente durante períodos de estresse ou de crise familiar;
- 4) Buscam, negociam e estabelecem uma visão comum, que lhes dará sentido, propósito e uma perspectiva compartilhada para avançarem como grupo;
- 5) Estas famílias que enfrentam estresses e crises significativas buscam restaurar a ordem, o balanço e a harmonia, mesmo em períodos de grande comoção (Gómez & Klotiarenco, 2010, p. 112).

No modelo FAAR são enfatizados os processos ativos que promovem um equilíbrio entre as demandas e as capacidades da família. As demandas familiares são compostas por situações de estresse normativo (transições previstas, próprias do desenvolvimento) e não normativo (catástrofes e outras crises não esperadas no desenvolvimento) (Yunes, 2003). Já as capacidades familiares são os recursos psicológicos e comportamentais para o enfrentamento de adversidades (Gómez & Klotiarenco, 2010).

Concomitantemente, este equilíbrio entre demandas e capacidades interage com os significados familiares, ou seja, como são percebidas e avaliadas as situações próprias da unidade familiar. A partir de suas experiências cotidianas e interacionais, as famílias desenvolvem seus próprios sistemas de ajuste e adaptação familiar (Gómez & Klotiarenco, 2010).

No entanto, de acordo com Gómez e Klotiarenco (2010), existem momentos em que as demandas excedem as capacidades familiares e, sendo este desequilíbrio persistente, desencadeia-se uma crise familiar. Neste contexto, a resiliência familiar é vista como uma recuperação do equilíbrio, sendo compatível com o enfoque da adaptação bem-sucedida frente ao estresse (Luthar

et al., 2000; Rutter, 2007). Por fim, o estudo levanta a hipótese de que, para ativar resiliência, é necessário reduzir as demandas familiares, aumentar suas capacidades e/ou mudar os significados familiares. Estes processos são denominados como poder regenerativo ou processos de recuperação (Gómez & Klotiarenco, 2010, p. 113).

Posteriormente, através da extensa revisão de literatura e a partir dos seus estudos clínicos, Walsh (1998;2016) introduz os processos-chave da resiliência familiar. A autora identificou nove processos transacionais e seus subcomponentes organizando-os em três domínios: sistema de crenças, padrões de organização e processos de comunicação. O quadro a seguir apresenta a síntese dos processos-chave da resiliência familiar segundo Walsh (2005):

Quadro1

*Processos-chave da Resiliência Familiar*

SISTEMAS DE CRENÇAS
<p><i>Extrair significado da adversidade</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor da união: a resiliência baseada na relação</li> <li>• Orientação do ciclo de vida familiar: normalização e contextualização da adversidade e da angústia</li> <li>• Senso de coerência: a crise como um desafio significativo, compreensível, administrável</li> <li>• Apreciação da crise, da angústia e da recuperação: crenças facilitadoras <i>versus</i> crenças obstrutivas</li> </ul> <p><i>Perspectiva positiva</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativa ativa e perseverança</li> <li>• Coragem e encorajamento</li> <li>• Manutenção da esperança, visão otimista; confiança na superação das dificuldades</li> <li>• Concentração nas forças e no potencial</li> <li>• Enfrentamento do possível; aceitação do que não pode ser mudado</li> </ul> <p><i>Transcendência e espiritualidade</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valores mais amplos, propósitos</li> <li>• Espiritualidade: fé, comunhão, rituais</li> <li>• Inspiração: vislumbre de novas possibilidades; criatividade; heróis</li> <li>• Transformação; aprendizagem e crescimento a partir da adversidade</li> </ul>
PADRÕES ORGANIZACIONAIS

### *Flexibilidade*

- Competência para a mudança; recuperação, reorganização, adaptação para se ajustar aos desafios ao longo do tempo
- Compensação por meio da estabilidade; continuidade, segurança durante a perturbação

### *Conexão*

- Apoio mútuo, colaboração e compromisso
- Respeito para com necessidades, diferenças e limites individuais
- Liderança forte: compreensão, proteção, orientação das crianças e dos membros vulneráveis da família
- - Formas familiares variáveis: equipes cooperativas de pais/cuidadores
- - Relacionamento casal/pais: parceiros iguais
- Busca de reconexão e reconciliação em relacionamentos perturbados

### *Recursos sociais e económicos*

- Mobilização da família ampliada e do apoio social; redes comunitárias
- Construção de segurança financeira: equilíbrio entre as tensões profissionais e familiares

## PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO

### *Clareza*

- Mensagens claras, consistentes (palavras e ações)
- Esclarecimento de situação ambígua: buscando a verdade/falando a verdade

### *Expressão emocional aberta*

- Compartilhamento de uma série de sentimentos (alegria e tristeza; esperanças e temores)
- Empatia mútua: tolerância para com as diferenças
- Responsabilidade pelos próprios sentimentos e comportamentos; evitar responsabilizações
- Interações prazerosas; humor

### *Resolução colaborativa dos problemas*

- Discussão criativa; desenvoltura
- Tomada de decisão compartilhada: negociação, justiça, reciprocidade
- Resolução de conflitos
- Concentração nos objetivos; dar passos concretos; acreditar no sucesso; aprender com o fracasso
- Postura proativa: evitar problemas e crises; preparar-se para os desafios futuros

Fonte: Walsh (2005, p. 129)

Esta categorização serve a título de ilustração, como um mapa para guiar a atenção aos elementos importantes no funcionamento familiar e trazer coerência ao planejamento da intervenção. Todavia, vale ressaltar que os principais processos-chaves de resiliência familiar são mutuamente interativos e sinérgicos (Walsh, 2016).

Entre os domínios propostos pela teoria de Walsh (2003), os *sistemas de crenças* surgem das interações sociais/familiares e influenciam a maneira como as famílias atribuem sentido às adversidades. Diante os eventos estressores pode emergir uma crise de sentido e uma ruptura potencial na integração dos membros. Neste contexto, para Walsh (2005) as famílias resilientes constroem um sistema de crenças comum que as orientam para a recuperação e crescimento (como citado em Martins, 2014). Este processo torna-se possível ao normalizar e contextualizar a adversidade e estresse, gerando um sentido de coerência que redefine a crise como um desafio gerenciável, passível de ser resolvido (Martins, 2014, p.15).

A partir do momento que a família consegue significar a adversidade em que está exposta, a resiliência emerge aliada a uma visão positiva e realista da situação. Sua conduta passa a ser de intervir no possível e aceitar o inevitável. Neste processo a autora também aponta os aspectos da transcendência e da espiritualidade como propulsores para o crescimento perante as crises (Gómez & Klotiarenco, 2010).

Os *padrões de organização* familiar atuam como amortecedores dos choques familiares. Para Walsh (2005) estes padrões são sustentados por normas externas e internas e reforçados pelos sistemas culturais e pelas crenças familiares (como citado em Martins, 2014). Dada a suas diferentes constituições, as famílias se organizam de diversas maneiras para enfrentar os desafios. Na organização familiar, a resiliência é sustentada como uma estrutura flexível, com a conexão (coesão) dos membros e com recursos econômicos e sociais (Walsh, 2003). Esta flexibilidade está ligada a adaptação que as famílias experimentam para se ajustar aos desafios ao longo do tempo, conseqüentemente, esta adaptação esta intrinsecamente conectada com os recursos econômicos e sociais em que as famílias estão inseridas.

Neste contexto a autora propõe uma importante reflexão sobre o aporte financeiro das famílias e a relação dos processos de resiliência destas. Para Walsh (2003):

O conceito de resiliência familiar não deve ser usado para culpar as famílias que não são capazes de emergir de condições de vida difíceis, rotulando-as como não resilientes. Assim como os indivíduos precisam de relacionamentos que os ajudem a se desenvolver, a

resiliência familiar deve ser apoiada por políticas e práticas sociais e institucionais que promovam a capacidade de desenvolvimento para crianças e adultos (Walsh, 2003, p.11).

No que diz respeito aos *processos de comunicação*, estes são compostos pelos subdomínios: clareza, expressão emocional aberta e resolução colaborativa dos problemas. Para Walsh (2003) esclarecer e compartilhar informações importantes sobre as situações de crise, bem como as expectativas futuras dos indivíduos, podem ajudar a criar significado, estabelecer relacionamentos autênticos e tomar decisões com base em fatos verídicos. A expressão emocional aberta, sustentada em um ambiente de confiança mútua, empatia e tolerância às diferenças, permite que os indivíduos compartilhem sentimentos que podem ser reforçados em situações de crise ou estresse crônico. Já a resolução de problemas e a administração do conflito em um ambiente de colaboração, são essenciais para a resiliência familiar.

Walsh (2005) afirma ainda que o que caracteriza o bom funcionamento familiar não é propriamente a ausência das adversidades, mas sim a capacidade da família de administrar os conflitos de forma adequada. Para tal, é importante que os membros da família articulem em conjunto novas possibilidades, alternativas e recursos para superar a crise (como citado em Martins, 2014).

Na esteira desses conceitos apresentados, a pesquisadora Lietz (2006; 2007) avançou nas investigações sobre a resiliência em famílias através de um estudo de métodos mistos no qual testou as relações entre, as variáveis de risco, as forças familiares e o funcionamento familiar. Assim como Froma Walsh, sua proposta analisou as experiências das famílias em crise e procurou identificar os seus pontos fortes bem como compreender as maneiras pelas quais essas forças as ajudaram a lidar com as dificuldades de maneira saudável (Lietz, 2006).

Os resultados do estudo identificaram a presença de dez fatores de forças familiares, bem como um processo através do qual essas forças foram importantes na experiência de resiliência familiar. Essas forças familiares predisseram níveis mais altos de funcionamento familiar do que propriamente o nível de risco a que estas famílias estavam expostas. Consequentemente, o estudo sugeriu que, embora o foco na redução do risco seja importante, a construção de forças é outra maneira relevante para intervir com as famílias em situação de risco.

Os estudos de Lietz (2007), posteriormente adaptado em Lietz e Strength (2011), sugerem um modelo dos processos de RF a partir dos dez fatores de forças identificados como úteis para as famílias ao enfrentarem altos níveis de estresse. Conforme as famílias experienciavam os diversos momentos da crise, diferentes forças foram importantes para reagir as dificuldades; a partir do observado, foram propostos cinco estádios da resiliência familiar (Lietz, 2007; Lietz & Strength, 2011).

O quadro 2 apresenta os dez fatores de força bem como sua respectiva descrição. Em sequência é apresentado os estádios da RF e sua correlação com estes fatores de força. De acordo com Lietz e Strength (2011) a RF não é um processo linear, contudo, as experiências que as famílias desenvolvem com o tempo podem ser agrupadas em cinco fases: sobrevivência, adaptação, aceitação, crescimento e a ajuda aos outros. Em termos conceituais, os cinco estádios da resiliência familiar são abaixo descritos como:

- (a) Sobrevivência: período em que as famílias experienciam um dia de cada vez apenas tentando descobrir como manter a família;
- (b) Adaptação: inclui as mudanças que as famílias fizeram para incorporar a nova situação em suas vidas;
- (c) Aceitação: momento em que se passam a adotar a situação familiar como um novo modo de vida;
- (d) Crescimento e Desenvolvimento: momento em que eles reconhecem que estavam se fortalecendo com as dificuldades que enfrentavam;
- (e) Ajuda aos outros: descrito como uma necessidade de retribuir e ajudar os outros que estão enfrentando dificuldades semelhantes (Lietz, 2007, p.148)

## Quadro 2

### *Dez fatores de forças familiares identificadas no processo de resiliência familiar*

---

Forças	Descrição
Avaliação	Encontrar significado nas dificuldades que as famílias enfrentam.
Definição de limites	A capacidade e disposição para separar o sistema familiar de influências que não são saudáveis.
Comunicação	Expressões verbais e não verbais de pensamentos e sentimentos em relação à crise.
Compromisso	O desejo de manter a família forte e unida.
Criatividade/ flexibilidade	Capacidade de encontrar várias soluções para um problema e a vontade de experimentar coisas novas
Humor	Habilidade para ter sentido de humor apesar dos desafios que a família enfrenta.
<i>Insight</i>	Capacidade de compreender as dificuldades da família
Iniciativa	Capacidade e vontade de agir de acordo com as necessidades da família.
Espiritualidade	Ter um sistema de crenças que serve como direção e conforto para as famílias em face as dificuldades.
Apoio social	Dar e receber ajuda emocional e prática no contexto das relações com a família, amigos e prestadores de serviços.

---

Fonte: Lietz e Strength, 2011, p.205)

Embora estes estádios tenham sido baseados a partir das experiências das famílias, é importante ressaltar que não devemos vislumbrar um avanço nestas etapas para alcançar um estágio final. Ao contrário, as famílias acabavam por oscilar entre os estágios, dependendo da situação particular. Tal fato é ilustrado por meio da Figura 1; as setas foram colocadas no lado esquerdo do modelo para descrever as maneiras pelas quais as famílias voltavam ao estágio de sobrevivência, mesmo depois de se adaptarem à crise inicial (Lietz, 2007). É importante ressaltar que essa ideia aparece também no modelo de Walsh (2005), quando acentua a dinâmica processual da resiliência em famílias, sem, entretanto, hierarquizar dimensões.

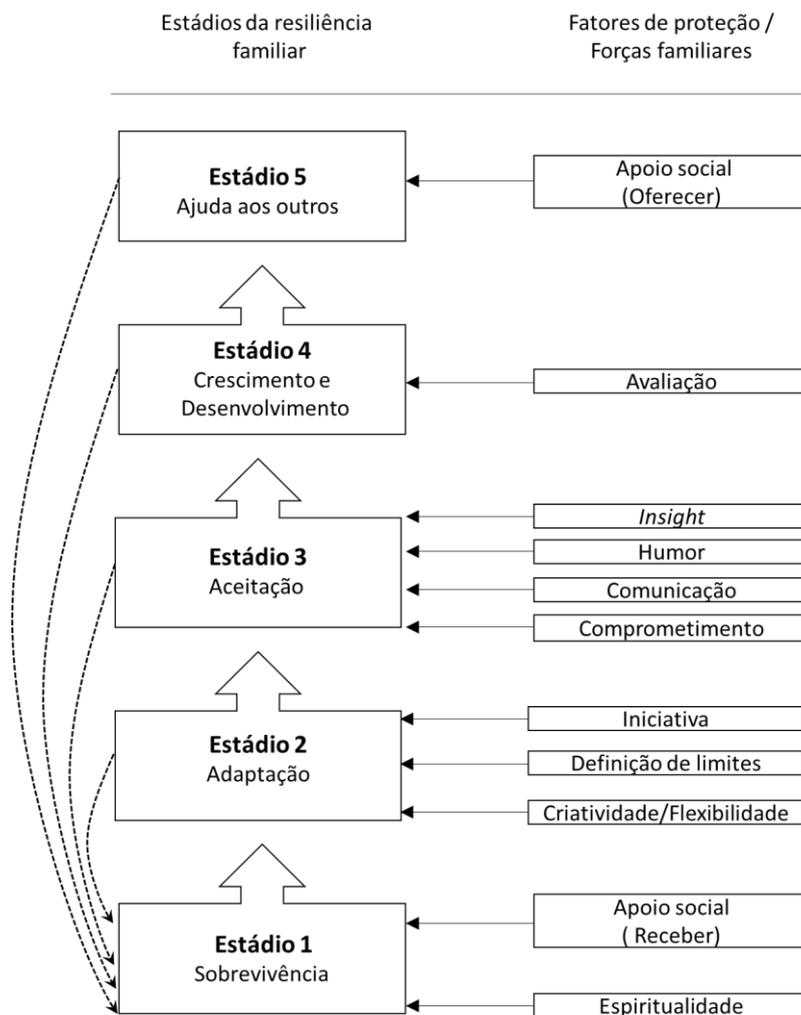


Figura 1. Os estádios da resiliência familiar e os dez fatores de força Fonte: (Lietz e Strengh, 2011, p.206)

A partir da análise narrativa das famílias envolvidas no estudo, Lietz (2007) observou ainda que, a cada estágio da experiência em que as famílias se encontravam, emergiam forças familiares distintas para lidarem com a situação. Para melhor compreensão, a figura 1 apresenta cada estágio e os fatores de força que as famílias descreveram como sendo mais relevantes durante aquela fase da experiência. Mais uma vez, é importante sinalizar a sinergia e mutabilidade que ocorre entre estes estágios e fatores.

Em suma, os resultados apontados pelas autoras sugerem um novo paradigma para a promoção da RF com famílias em situações de risco ao apontar a importância de uma intervenção voltada não apenas para a crise, mas sobretudo para o fortalecimento familiar. É notável que cada vez mais a literatura tem se dedicado a criação de estratégias bem como programas de intervenção que possam adaptar os resultados empíricos às práticas profissionais. Abaixo, abordaremos a promoção da RF voltada para a intervenção com famílias cujos filhos estão inseridos em casas de acolhimento residencial.

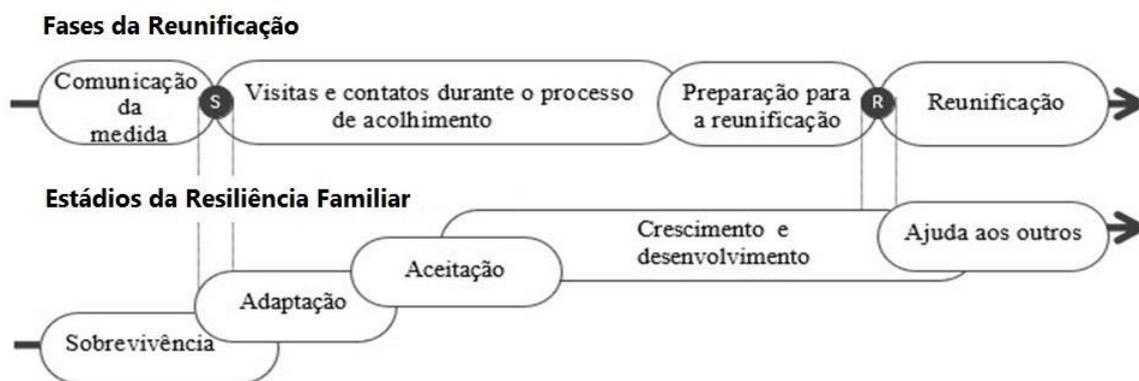
#### **4. A resiliência familiar durante o acolhimento e reunificação de crianças e jovens institucionalizados**

Ao investigarem histórias bem-sucedidas de reunificação de crianças institucionalizadas junto da família de origem, Lietz e Strength (2011) orientaram um estudo no qual analisaram aspectos da RF em quinze famílias cujos filhos foram retirados devido a maus-tratos infantis. Estes alcançaram a reunificação e mantiveram um bom funcionamento ao longo do tempo. Por meio da análise narrativa das famílias foi revelado que os dez fatores de força identificados no processo de resiliência familiar, descritos anteriormente, também eram observados nessas histórias de reunificação familiar bem-sucedidas. Estes fatores de força foram apontados como altamente influentes na capacidade das famílias para alcançar a reunificação, permanecerem íntegras e manterem um funcionamento saudável (Lietz & Strength, 2011). Assim como os dez fatores de força, foi evidenciado neste estudo a operacionalização dos cinco estágios da RF propostos em (Lietz, 2007).

Tendo em vista que o processo de reunificação começa no momento em que a criança é separada de seus pais (Balsells et al. 2014), as intervenções realizadas junto às famílias devem abarcar aspectos centrais como a compreensão da necessidade da aplicação de uma medida de colocação, bem como as mudanças que devem ocorrer no seio familiar para a reintegração do filho(a). No intuito de conciliar a teoria à prática profissional, surge então o Programa de

Competências Parentais durante o Acolhimento e a Reunificação Familiar – “Caminhar em Família” (Balsells et al., 2015). O programa elenca quatro fases enfrentadas pelas famílias desde a retirada do filho até a reunificação familiar e trabalha estas fases em paralelo com a teoria dos cinco estádios da RF de Lietz e Strength (2011).

De acordo com Balsells et al. (2015) as famílias passam por quatro fases desde a retirada do filho(a) até a reunificação familiar. A primeira fase está ligada a comunicação da medida e a retirada da criança ou jovem. Este é o momento em que a família está mais fragilizada e é observada a dificuldade dos envolvidos em adaptarem-se a esta nova realidade. Num primeiro momento os pais podem passar por um período de choque e parecerem distantes ou frios; posteriormente manifestam ainda sentimentos de raiva e protesto, podem ficar agressivos e muitas vezes se recusam a colaborar com a equipa técnica Balsells et al. (2015). Para Lietz e Strength (2011) este período é relacionado ao estádio da sobrevivência, no qual os envolvidos ainda não estão prontos para qualquer intervenção, estão apenas tentando lidar com o ocorrido. O apoio formal e informal tem um papel fundamental nesta fase e é frequentemente referenciado na narrativa das famílias.



Fonte: (Balsells et al., 2015, p.30)

Figura 2. Fases da reunificação e os estádios da resiliência familiar durante o processo de acolhimento

Após a integração da criança na casa de acolhimento, respeitando o primado da continuidade das relações psicológicas profundas propostos pela LPCJP – Lei 142/15, art. 4º al.g., inicia-se a segunda fase do processo com os primeiros contatos entre os filhos e os seus progenitores bem como o recebimento de visitas na instituição. Esta fase ocorre paralelamente com o estádio de adaptação, que se apresenta como o momento em que os pais fazem os ajustes necessários para se adaptarem a ausência do filho em casa. Simultaneamente, a criança também se adapta à ausência dos pais e à nova rotina na instituição de acolhimento (Balsells, et al., 2015). Cabe a equipa profissional auxiliar e apoiar a família para que estes possam, gradualmente, se familiarizar com a

nova situação e alcançar as mudanças necessárias, não apenas pela imposição do sistema de proteção, mas sim pela compreensão de como estas mudanças agem no funcionamento familiar (Balsells et al., 2015). Lietz e Strength (2011) apontam a importância da iniciativa, do estabelecimento de limites e da criatividade/flexibilidade como sendo os fatores mais relevantes para as famílias durante esse período. Formas de comunicação claras e transparentes (Walsh, 2005) são igualmente relevantes.

Ainda durante a segunda fase do processo de acolhimento e reunificação, as famílias transitam da adaptação a medida de colocação para a aceitação da mesma. Este é um estágio muito relevante para o processo, pois é a partir deste momento que os pais começam a valorizar sua implicação na medida, sentem-se responsáveis pelas mudanças que devem ocorrer e não veem este processo como uma obrigação imposta pelo sistema de proteção (Balsells et al., 2015). Os fatores de forças da RF relevantes durante este estágio incluem: 1) o comprometimento da família em encontrar soluções para os manterem fortes e unidos; 2) a capacidade da família em compreender e dar significado a situação de acolhimento (*insight*); 3) a melhora da comunicação para expressar os sentimentos e pensamentos; 4) o humor com que os envolvidos lidam com os desafios enfrentados (Lietz & Strength, 2011).

No fim da segunda fase é possível observar ainda o estágio de crescimento e desenvolvimento no qual a família sente-se reconhecida pelos esforços empenhados e as mudanças que foram conseguindo alcançar. A autoavaliação é um componente importante nesta fase, já que a família consegue reconhecer suas fragilidades e a importância da medida. Neste estágio a reunificação familiar começa a ser pensada, dando início a terceira fase: a preparação para reunificação (Balsells et al., 2015).

De acordo com a lei portuguesa “é decidida a cessação da medida sempre que a sua continuação se mostre desnecessária” (Lei nº 142/2015, de 08/09, art. nº 62.5) e “seja proferida decisão em procedimento cível que assegure o afastamento da criança ou jovem da situação de perigo. (Lei nº 142/2015, de 08/09, art. nº 63.1e). De acordo com Balsells et al. (2013) é importante que os profissionais possam mostrar aos pais e filhos que o processo de reunificação não é predeterminado e definido pelo sistema, mas que está atribuído às capacidades e as mudanças que cada um deles pode fazer. O estágio de crescimento e desenvolvimento prevalece nesta fase da preparação para reunificação uma vez que as famílias foram capazes de mover sua raiva e medo inicial, para aceitação e, finalmente, para um lugar onde eles avaliam a situação positivamente (Lietz & Strength, 2011). Ainda durante este estágio, os resultados dos esforços da família somado ao

sentimento de identidade familiar tornam-se fatores de proteção na medida em que ajudam a conservar a unidade familiar (Balsells et al. 2015). Sendo assim, o comprometimento e a disponibilidade para a mudança aparecem como o motor principal da resiliência familiar (Balsells et al., 2015, p.31).

Por fim, chega-se a última fase do processo com a reunificação familiar. De acordo com Ferreira e Almeida (2017), cabe aqui a importância da continuidade de uma intervenção planejada, que possa apoiar e fortalecer a família com intuito de prevenir a reentrada da criança/jovem no sistema de proteção. Compreender a reunificação implica perceber as mudanças que tornaram isto possível e as implicações destas para o convívio da família uma vez reunidos (Balsells et al., 2013). Nesta fase é importante fomentar ações que possibilitem trabalhar os aspectos positivos e negativos da reunificação bem como os sentimentos dos envolvidos (Balsells et al., 2013).

A fase de reunificação ocorre em paralelo com o quinto estágio nomeado como a ajuda aos outros e refere-se ao momento no processo de resiliência familiar em que as famílias escolhem usar o que elas experimentaram para alcançar e apoiar os outros que vivenciam situação similar. Para Anthony et al (2009) a literatura científica aponta três benefícios do trabalho das famílias de apoio:

- a) Valor das experiências compartilhadas: as famílias de apoio são capazes de ajudar porque já “estiveram ali” e podem compreender e apreciar as experiências das famílias que estão ajudando.
- b) Comunicação: a importância da disponibilidade destas famílias e a maneira de comunicarem de forma clara e com uma linguagem próxima.
- c) Apoio: a chave da intervenção destas famílias é o apoio (que inclui o apoio emocional, material e de desenvolvimento da autonomia)” (Como citado em Balsells et al., 2015; Balsells et al, 2015b).

Dar apoio social é uma maneira de encerrar o ciclo em que, inicialmente, eles haviam precisado. Para Serbati e Milani (2012), com o apoio necessário as famílias podem deixar de ser receptoras de ajuda para serem transmissoras desses recursos e serem agentes ativos em seu processo de reunificação (como citado em Balsells et al, 2013).

#### 4.1. Caminhar em Família: programa de competências parentais durante o acolhimento e a reunificação familiar

Utilizado como suporte para a presente investigação científica, o “Caminhar em família” (Balsells et al., 2015) é um programa socioeducativo desenvolvido pelo Grupo de Investigação sobre Intervenções Socioeducativas na Infância e Adolescência (GRISIJ). É um programa de apoio às competências parentais específicas que se devem desenvolver no processo de acolhimento e reunificação familiar. Seu principal objetivo é proporcionar a aceitação e a implicação da medida de proteção para facilitar o regresso dos filhos o mais rápido possível a casa e assegurar a assim reunificação (Balsells et al., 2015).

O programa é destinado as famílias com filhos entre os 8 e 16 anos que foram retirados em resultado de uma medida de proteção à infância e para as quais existe um prognóstico para a reunificação. A participação infantil é incorporada ao programa uma vez que esta tem um papel influente na estabilidade e êxito na reunificação (Balsells et al., 2015).

Sendo assim o projeto está sustentado em três eixos teóricos: a parentalidade positiva e proteção da infância; participação/protagonismo da criança no processo de acolhimento e reunificação familiar e fomento da resiliência familiar. Por meio das técnicas próprias à metodologia grupal, o “Caminhar em Família” trabalha três dimensões de aprendizagem (emocional, comportamental e cognitiva).

A intervenção conta com cinco módulos que abordam desde a chegada da criança e aplicação da medida à consolidação da reunificação familiar. Cada módulo conta com três sessões de periodicidade semanal que podem ser realizadas com as crianças e jovens, com os pais e em família. A implementação do programa é realizada pela equipa técnica das instituições de acolhimento que recebe formação adequada sobre o modelo teórico e o desenvolvimento prático do programa.

## **II. Metodologia**

### **1. Desenho do estudo e definição das hipóteses**

A presente investigação está integrada em uma parceria estabelecida entre a Universidade do Minho (Portugal), a Universidade de Lleida e a Universidade de Barcelona (Espanha). Esta parceria tem como intuito o estudo e avaliação do programa de apoio as competências parentais no processo de acolhimento e reunificação familiar “Caminhar em família” (Balsells et al., 2015). No contexto do acolhimento residencial de crianças e jovens, o referido programa socioeducativo foi planeado para fortalecer competências parentais específicas aos processos do acolhimento e reunificação familiar (Balsells et al., 2015).

Trata-se de uma investigação qualitativa através da metodologia do estudo de caso de caráter descritivo e retrospectivo. Conceitualmente “o estudo de caso analisa um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2010 p.32). Com o auxílio desta ferramenta, o objetivo deste trabalho se consiste em analisar as dinâmicas mobilizadoras dos processos resilientes nas famílias ao longo da participação no Programa “Caminhar em família” implementado em instituições de acolhimento do distrito de Braga – Portugal. Para avaliar estes processos, formularam-se as seguintes hipóteses:

#### **1.1 – Hipótese geral:**

O enfoque na resiliência preconiza que os recursos de apoio a pais e filhos envolvidos numa situação de acolhimento residencial são activados a partir da identificação das cognições, emoções, atitudes e comportamentos por parte dos elementos da família das suas capacidades para responder às mudanças suscitadas pela medida de proteção e de os motivar a ganhar uma nova visão e compreensão das suas forças e recursos.

#### **1.2 - Hipóteses específicas**

Hipótese nula: Não se verificam mudanças nos processos resilientes em pais e filhos ao longo do acolhimento residencial que possam ser associadas com o programa Caminhar em Família (i.e., intervenção para a reunificação familiar).

H1: Verificam-se mudanças na resiliência em pais e filhos associadas com a participação no Programa “Caminhar em Família”, induzidas pela compreensão, capacitação e empoderamento dos elementos da família nas diferentes etapas da medida de proteção.

H2: As mudanças verificadas nos processos de resiliência associados ao acolhimento residencial permitem estabelecer uma correspondência entre estes processos e as etapas da resiliência familiar definidas para outras situações de adversidade.

## 2. Participantes

Os participantes foram selecionados através do método não probabilístico de amostragem intencional, no qual cabe ao investigador julgar a adequação e participação dos sujeitos junto ao estudo (Marotti, et al. 2008). Sendo assim, a amostra foi composta por 4 famílias, totalizando 11 indivíduos, que cumpriram a medida de promoção de proteção em meio de colocação (acolhimento residencial) e alcançaram a reunificação dos filhos junto ao seio familiar no último ano ou estão aptas para o efeito. Estas famílias estiveram inseridas no programa “Caminhar em Família” durante a trajetória dos filhos em duas instituições de acolhimento residencial do distrito de Braga - Portugal.

Dentre estas quatro famílias, a amostra foi composta por 6 crianças do sexo feminino que deram entrada nas instituições de acolhimento quando tinham idades entre 6 e 15 anos (M= 11,33; DP = 3,24). Nesta amostra 5 (83,33%) crianças foram reunificadas ao seio familiar e passaram em média 21,40; DP= 5,23 meses na instituição antes de regressarem para suas casas e 1 (16,7%) criança ainda não retornou a família. Dois pares de crianças eram irmãs e viviam na mesma instituição.

### Quadro 3

#### *Caraterísticas dos crianças e jovens participantes*

<i>Caraterísticas</i>	<i>Pais (N- 05)</i>
Gênero	
Feminino	6 (100%)
Masculino	0
Idade atual	
08 - 12	2 (20%)
12 -16	4 (80%)

Idade quando iniciou o acolhimento	
06 - 10	2 (20%)
11 - 15	4 (80%)
Situação familiar	
Reunificadas	5 (83,3%)
Aptas a reunificação	1 (16,7%)

Quanto aos progenitores das 4 famílias, cinco pais participaram das sessões do programa “Caminhar em família” e integraram esta amostra. Metade destas famílias são monoparentais, sendo que as mães frequentaram as sessões do programa. As outras duas são biparentais, na qual aderiram aos encontros um casal e outra mãe.

#### Quadro 4

##### *Caraterísticas dos progenitores participantes*

<i>Caraterísticas</i>	<i>Pais (N- 05)</i>
Gênero	
Feminino	4 (80%)
Masculino	1 (20%)
Idade	
40 -46	2(40%)
47 -52	3(60%)
Composição familiar	
Monoparental (mãe)	2 (40%)
Biparental	3 (60%)

### 3. Instrumentos

Foram utilizados como instrumentos para esta investigação, entrevistas semiestruturadas e grupos focais para a coleta de dados com os participantes. Segundo Minayo e Costa (2018) a entrevista semiestruturada combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, deste modo permite ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber sobre

o campo e, ao mesmo tempo, dá espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos abordados.

O grupo focal, como o nome sugere, é uma técnica que serve para o aprofundamento sobre determinado tema, para o qual a lente (foco) do pesquisador está apontada. Nesta abordagem o valor da interação e a troca de opiniões entre os participantes podem influenciar reflexões, provocar controvérsias ou permitir o aprofundamento de questões (Minayo & Costa, 2018). A técnica deve ser aplicada mediante um roteiro, em ambiente não diretivo, sob a coordenação de um intermediador que seja capaz de promover a participação e explorar o ponto de vista de cada um dos participantes, aprofundando-os (Minayo & Costa, 2018).

Para Barbour (2013), os grupos focais são um bom instrumento para dar voz ao coletivo e auxiliá-los a expressar suas opiniões, já as entrevistas podem fornecer um contexto privilegiado e seguro para construir e compartilhar histórias e experiências pessoais (Arizmendi, 2017). O roteiro para as entrevistas individuais com as crianças e jovens bem como o grupo focal com as crianças e seus respectivos progenitores são apresentados neste documento por meio dos anexos I e II.

#### **4. Procedimentos**

As famílias do estudo estiveram inseridas no Programa “Caminhar em Família”. O programa elenca quatro fases enfrentadas pelas famílias desde a retirada do filho até a reunificação familiar e trabalha estas fases em paralelo com a teoria dos cinco estádios da RF de Lietz e Strength (2011). Para isto, a intervenção conta com cinco módulos, que abordam os processos perpassados pela família desde a chegada da criança e aplicação da medida até à consolidação da reunificação familiar. A implementação é realizada pela equipa técnica das instituições de acolhimento que recebe formação adequada sobre o modelo teórico e desenvolvimento prático do programa.

Por meio de uma parceria pré-estabelecida entre investigadores da Universidade do Minho e o Centro Distrital da Segurança Social – CDSS, o programa “Caminhar em Família” foi implantado em determinadas instituições de acolhimento residencial na região norte de Portugal. Retomamos o contato com as equipas técnicas das instituições que o implantaram para agendar entrevistas com as crianças/jovens e os seus progenitores.

Com intuito de atender as famílias desde a chegada dos filhos a instituição de acolhimento até a reunificação familiar, o programa possui diferentes módulos, entretanto, muitos sujeitos

frequentam ainda as etapas iniciais da intervenção. Diante este contexto, resolvemos restringir a amostra para apenas as famílias que, após a participação nos módulos mais avançados do programa, alcançaram a reunificação familiar ou que esta estivesse prevista para o próximo ano.

Foram realizadas entrevistas e/ou grupos focais com quatro famílias integradas por 11 indivíduos. Um grupo focal foi realizado com os 5 progenitores e teve duração média de 90 minutos. Inicialmente também foi realizado um grupo focal com 3 crianças de uma das intuições de acolhimento, entretanto, foi observado que as crianças mais velhas conseguiam relatar mais informações que as mais novas deixando-as inibidas. Diante ao fato optamos por realizar entrevistas individuais com as demais crianças/jovens participantes. Foram realizadas 5 entrevistas que tiveram duração média de 45-60 minutos. Dos participantes do grupo focal com as crianças, apenas 1 manteve-se na amostra após o recorte referente a situação familiar. Foram esclarecidos junto a todos os participantes os objetivos do encontro bem como as questões éticas e de confidencialidade do estudo. Os áudios foram gravados com a respectiva autorização dos sujeitos e foram posteriormente transcritos e tratados.

## **5. Análise e tratamento dos dados**

As informações obtidas no âmbito desta investigação foram submetidas a metodologia da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2011), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Conciliaremos uma estratégia de análise mista, partindo uma codificação aberta em que se examina o texto através de dimensões teóricas, realizando comparações e perguntas (Gibbs, 2007).

O processo de codificação do conteúdo das informações apoiou-se no sistema de categorização elaborado para avaliação do programa “Caminhar em família”. Este sistema foi desenvolvido pelo GRISIJ, grupo composto por investigadores das Universidade de Lleida e Barcelona. Estas categorias abarcavam aspectos centrais que compunham a metodologia e atividades do programa. Para atender aos objetivos do presente estudo, fizemos um recorte do sistema de categorias dando ênfase aos códigos que avaliavam os cinco estádios da resiliência familiar propostos em (Lietz & Strenght, 2011) e sua intrínseca correlação com os dez fatores de força emergentes neste processo.

## 5.1 Descrição das categorias de análise

Lietz e Strength (2011) apresentam um modelo dos processos da resiliência familiar composto por dez fatores de força apontados pelas famílias como altamente influentes em sua capacidade de alcançar a reunificação familiar. No presente estudo estes fatores de força foram analisados dentro do conteúdo das informações obtidas, sendo elencados como subcategorias de análise pertencentes aos cinco estádios da resiliência familiar (sobrevivência, adaptação, aceitação, crescimento/desenvolvimento e a ajuda aos outros). Para melhor compreensão destas unidades, vejamos seus respectivos significados:

### Quadro 5

#### *Categorias e Subcategorias de análise*

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>
Sobrevivência	Receber Apoio Social
	Espiritualidade
Adaptação	Criatividade/ Flexibilidade
	Definição de limites
	Iniciativa
Aceitação	Comprometimento
	<i>Insight</i>
	Comunicação
	Humor
Crescimento/ desenvolvimento	Avaliação
Ajuda aos outros	Dar Apoio Social

Espiritualidade: Aparece como fator influente na capacidade dos envolvidos em avançar nas mudanças necessárias para que ocorra a reunificação. Foi apontado pelas famílias que ter um sistema de crenças serve como direção e conforto em face as dificuldades.

Apoio Social: Designado como o ato de dar e receber ajuda emocional e prática no contexto das relações com a família, amigos e prestadores de serviços. O apoio social é apresentado como relevante em todos os cinco estádios da resiliência, sobretudo após a remoção do filho(a). O processo

de resiliência cresce desde o estágio de sobrevivência, durante o qual as famílias anseiam receber apoio social, para um lugar de ajudar os outros, no qual é a vez destes retribuírem.

**Iniciativa:** Refere-se a capacidade e vontade dos indivíduos de agirem de acordo com as necessidades da família. A força da iniciativa foi identificada como relevante para assumirem o controle da situação, dando início as mudanças necessárias para alcançar as metas estabelecidas pela instituição de acolhimento.

**Definição de limites:** A capacidade e disposição dos envolvidos para separar o sistema familiar das influências que não são saudáveis. Embora ter uma rede de apoio seja importante para essas famílias, afastar-se de indivíduos e situações que não propiciam as mudanças, permite que estas progridam no plano do caso.

**Criatividade / flexibilidade:** A criatividade refere-se à capacidade da família encontrar várias soluções para um desafio; flexibilidade é a disposição para experimentar coisas novas. As famílias podem encontrar soluções criativas bem como demonstrar vontade de aceitar essas mudanças enquanto trabalham para estabelecer um novo lar.

**Comprometimento:** É o desejo de manter a família forte e unida. Este compromisso familiar com o bem-estar infantil manifesta um poderoso papel nas histórias de reunificação bem-sucedidas.

*Insight:* É a capacidade de entender as dificuldades da família. O *Insight* costuma estar associado à transição como um elemento sugestivo da compreensão da história da família. Está ligado também ao processo em direção à aceitação. Além disso, é fundamental para ajudar os pais a avançarem no cumprimento de seus objetivos.

**Comunicação:** São as expressões verbais e não verbais de pensamentos e sentimentos em relação à crise. Muitas famílias contam como o aumento da comunicação auxiliou o fortalecimento interno do núcleo familiar.

**Humor:** Destreza e capacidade de gerir com sentido de humor apesar dos desafios que a família enfrenta.

**Avaliação:** Encontrar significado nas dificuldades que as famílias enfrentam. Quando as famílias experimentam perda e dificuldade, mas encontram significado, parecem mais capazes de evitar as consequências negativas normalmente associadas a situações de risco.

A análise de conteúdo foi realizada utilizando uma abordagem dupla para permitir combinar os conteúdos emergentes da fala dos participantes (abordagem da base para o topo) e os aspectos conceituais que nos sugere o modelo teórico da resiliência dos dez processos específicos ao acolhimento e reunificação, acima descrito (abordagem do topo para a base). Assim, a primeira etapa da análise foi textual, selecionando parágrafos, fragmentos e citações importantes das transcrições. A segunda etapa foi conceitual, considerando o referencial teórico sobre a resiliência familiar. O tratamento e a codificação dos dados foram realizados com o software de análise qualitativa Nvivo 12 (*Qualitative Data Analysis Software* [QDAS]).

### III. Resultados

Este capítulo apresenta os resultados do presente estudo. Foram analisados o discurso de quatro famílias, constituídas por cinco progenitores e seis filhos, totalizando onze indivíduos. Os pais possuíam idades entre os 40 e 52 anos e as crianças/jovens foram retiradas entre 6 e 15 anos de vida. A análise qualitativa foi constituída a partir dos dados obtidos em dois grupos focais (GF) e cinco entrevistas individuais (EI), totalizando sete arquivos de texto. Para manter o sigilo dos participantes utilizou-se nomes fictícios, a idade dos participantes é referida em seguida ao trecho correspondente.

Com a finalidade de promover uma melhor compreensão dos dados, esta secção organiza-se segundo os cinco estádios da resiliência familiar: Sobrevivência, Adaptação, Aceitação, Crescimento e Desenvolvimento e Ajuda aos outros. Os dados foram sistematizados por meio de quadros e figuras. Cada quadro apresenta os resultados da categoria e subcategorias previamente definidas bem como as unidades de significado que as integram.

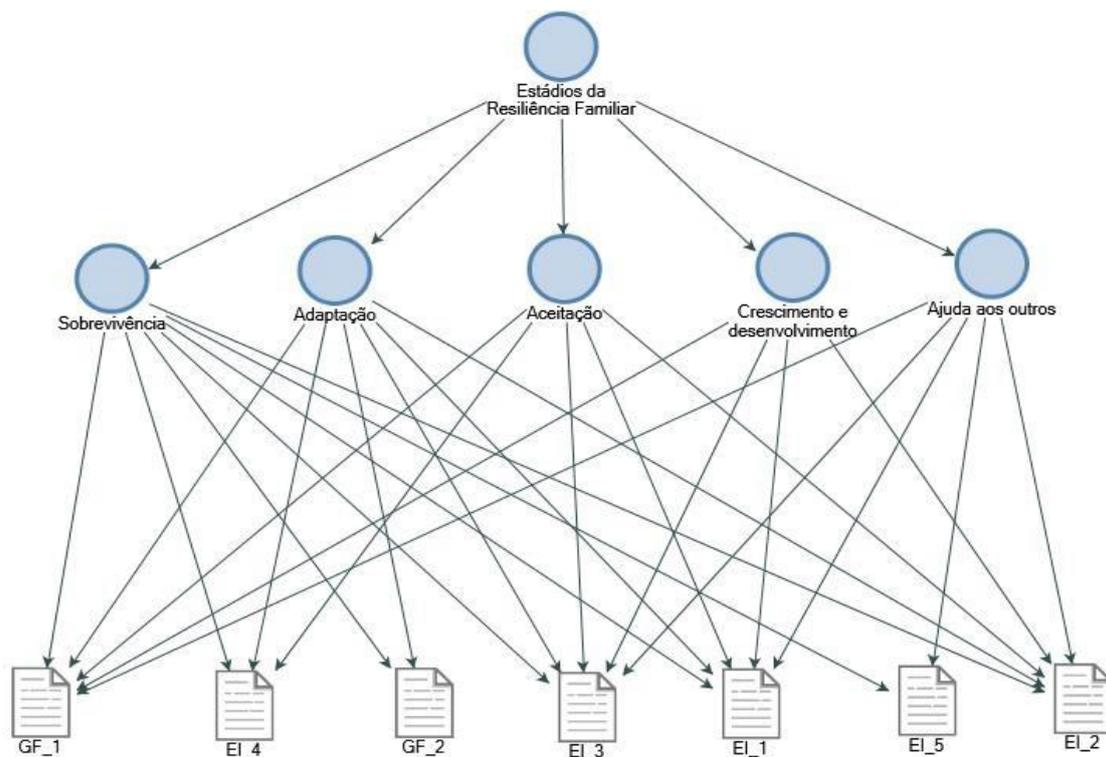


Figura 3. Associação entre categorias e *corpus* de análise

As figuras ilustram o resumo da codificação e indicam as subcategorias que foram encontradas nos respectivos documentos analisados. A figura 3 sistematiza a análise de conteúdo compostas pelas categorias referentes aos cinco estádios da resiliência familiar e a associação das mesmas com o *corpus* da análise.

## 1. Sobrevivência

A comunicação da medida e retirada da criança do seio familiar é a fase em que a família está mais fragilizada. Este período é relacionado ao estágio da Sobrevivência no qual os envolvidos ainda não estão prontos para enfrentar a situação, estão apenas tentando lidar com o ocorrido. No decorrer deste estágio os fatores de força ligados à aceitação do Apoio Social e à Espiritualidade costumam estar presentes no discurso dos envolvidos. A figura 4 sistematiza a referência dos participantes a estas subcategorias. No quadro 6 apresentamos as respectivas unidades de significado.

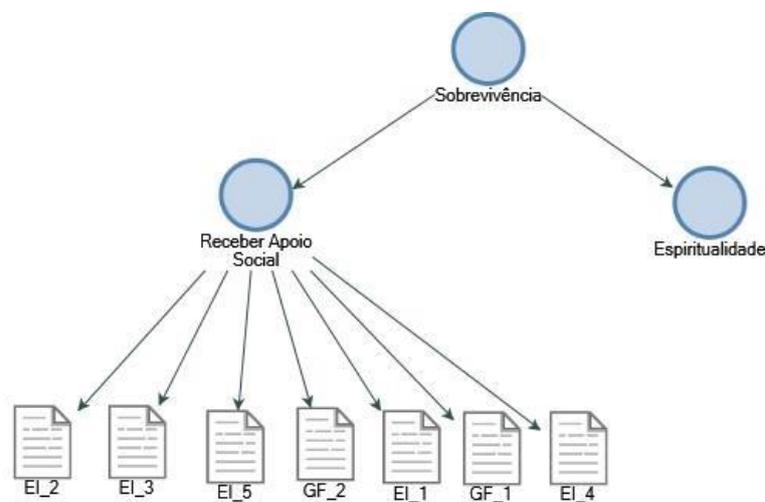


Figura 4. Associação entre as subcategorias da sobrevivência e o *corpus* de análise

Quadro 6

*Sobrevivência – Subcategorias e unidades de significado*

Categoria	Subcategorias	Unidades de significado
Sobrevivência	Receber	<p>“Tivemos aquele carinho, aquele apoio, como é que a gente devia agir, como a gente não devia. Eu pensei que eu ia encontrar ali umas pessoas, mas não, tivemos apoio até o fim, juntávamos ali em grupo e nós brincávamos, nós fazíamos o nosso trabalho e tudo direitinho, direitinho do início até o fim.” (GF2-I.52)</p> <p>“O que foi mais importante para mim foi ter alguém a ajudar-me, a apoiar-me.” (E11- 14)</p> <p>“Faz parte da vida não é verdade. Mas eu pensei que iam ser umas pessoas que nos deitassem abaixo, mas não, tivemos todo o apoio.”(GF2-L.40)</p>
	Apoio Social	
	Espiritualidade	Os aspetos relacionados à espiritualidade não foram relatados pelos participantes do estudo.

Em todas as entrevistas e grupos focais deste estudo as famílias referiram às fontes de apoio que encontraram para reagir à crise, seja por parte da equipa técnica da instituição de acolhimento, familiares ou amigos do agregado familiar. A espiritualidade é mencionada na obra de Lietz e Strength (2011) como fator influente na capacidade dos envolvidos avançarem face às dificuldades, todavia, em nosso estudo esse fator não foi observado no discurso dos participantes. Tal fato será melhor analisado nas discussões deste trabalho.

## 2.Adaptação

O estágio da Adaptação compreende as mudanças que as famílias fizeram para incorporar a nova situação em suas vidas, ou seja, os hábitos, comportamentos e rotinas que foram introduzidos com a medida de proteção. Os fatores de força frequentemente relacionados a este estágio dizem respeito a aspectos inerentes a esta adequação, tais como a Criatividade e Flexibilidade para lidar com a situação, a Iniciativa dos envolvidos para assumirem o controle e agirem de acordo com as necessidades da família e a capacidade das famílias na Definição dos Limites para separar o sistema familiar de influências, indivíduos e situações prejudiciais.

A figura 5 ilustra as subcategorias apresentadas no processo de Adaptação e a associação com os dados que foram encontrados no *corpus* de análise. O quadro 7 exemplifica estas associações expondo algumas unidades de significado encontradas na análise.

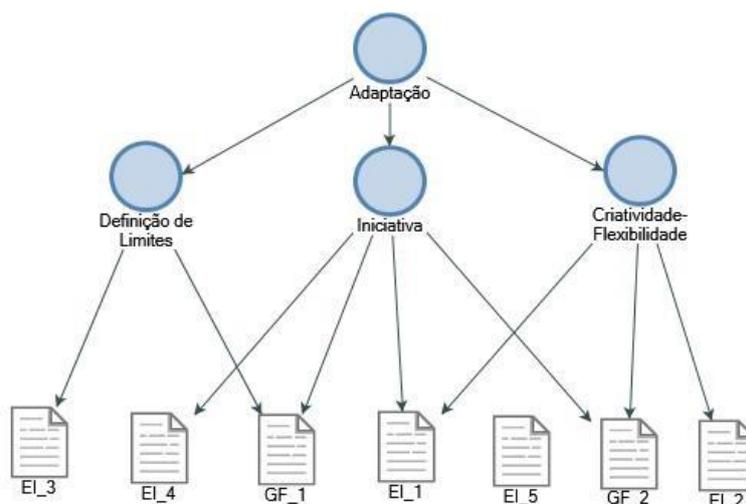


Figura 5. Associação entre as subcategorias da adaptação e o *corpus* de análise

Quadro 7

*Adaptação – Subcategorias e unidades de significado*

Categoria	Subcategorias	Unidades de significado
Adaptação	Criatividade/ Flexibilidade	<p>“Muita gente não compreende essa parte pensam que estar com a família é tudo e muitas vezes estar longe um bocado da família é bom para conhecer pessoas novas” (E11-14)</p> <p>“Pronto, no primeiro dia que entrei lá admito que olhava para aquilo de uma forma estranha, tipo, não quero ir para ali e não sei o quê, depois comecei a conviver com os outros e de fato fizemos amizade.” (E12-15)</p> <p>“Eu ao primeiro achei, tipo, como é normal "ei sei como é, é uma seca", mas depois até gostei.” (GF2-F.16)</p>
	Definição de limites	<p>“Eu fiz mudanças radicais, é tão verdade que agora vou andar numa psicóloga eu e a minha filha mais velha.” (GF1- L.40).</p> <p>“Ajudou-me a compreender isso, tinha que parar com as brigas e com o ciúme.” (GF1- l.41)</p> <p>“E ali tivemos conselhos, o que nós não devemos fazer, ele era pai e não era assim que se tomava as atitudes e a gente hoje dá valor e tomamos essas atitudes. Eu as vezes fico assim, sim senhora, realmente tem razão.” (GF1-L.40)</p> <p>(A retirada dos filhos) “Foi a minha morte eu batia em toda gente eu partia tudo, um dia disse assim, não, vou assentar os pés no chão, eu vou para um tribunal, não eu não vou para o tribunal, nem segurança social, eu não quero nada disso. Desde aí a L. mudou.” (GF1-L.40)</p> <p>“H: As mudanças que eu fiz foi dizer mais não e explicar o porquê do não. E: tomaram consciência de coisas que se calhar inicialmente não... H: exato, a gente nem olhava para elas se quer.” (GF1- H.52)</p> <p>“Eu e a minha mãe conseguimos ver onde é que tínhamos que, o que é que tínhamos que fazer melhor e o que é que já estava bem, para ajudar uma a outra.” (E13-17)</p>

“Sim por que ela antes era muito mole e ela agora tá a mostrar a E14. que ela não pode ficar assim e acho que está a conseguir.” (E13-17)

“Duma certa forma está mais exigente comigo, para eu estar na linha” (E13-17)

#### Iniciativa

“Por que nós brigávamos muito, nós todos, por que eu sou muito ciumenta e era eu que pegava sempre e agora as coisas já acalmaram, mudaram, pronto, teve que mudar, teve que mudar, tive que me acalmar.” (GF1-I.41)

“Nós já andávamos sempre a brigar um com o outro e pronto comecei a assentar os pés no chão e a dizer não, isso não pode ser assim, se não nós não vamos ter os nossos filhos tão cedo e começamos a andar mais direitinhos e a portar-nos bem.” (GF1-J.46)

“Era muito agressiva eu era muito, eu cheguei lá a dizer não cheguei. Não hoje não sou.” (GF1-I.41)

“Só mudou mesmo em relação, era mais eu. Se eu fosse para casa, ela estava mais atenta”. (GF2F.16).

“Comecei a arrumar a casa, uma coisa que não fazia há muito.” (E11-14)

“Eu ajudo a mãe a cozinhar, a lavar a louça, a varrer a cozinha e a fazer a cama.” (E14- 10)

“O meu irmão começou a andar mais calmo, a começar a trabalhar mais, a minha mãe começou a arrumar mais a casa, começou a andar mais bonita, a arrumar-se melhor, esquecer as coisas do passado que se passava.” (E11-14)

---

Os fatores de força relacionados a Criatividade/Flexibilidade foram observados na fala de três crianças/jovens, sendo notável a abertura das mesmas para vivenciar o acolhimento com uma postura positiva e otimista. Esta postura possibilitou às crianças ultrapassarem os receios iniciais da inserção no acolhimento e permitiu uma melhor adaptação a instituição.

A Definição de Limites foi mencionada por duas famílias sendo dois progenitores e uma jovem. Durante as entrevistas estes participantes contaram como começaram a perceber comportamentos e atitudes que não eram sadias para o sistema familiar, principalmente com os aspectos relacionados com a negligência. Foi observado que a intervenção da equipa técnica teve uma contribuição positiva para a construção deste processo, nomeadamente, o aconselhamento junto dos pais. Uma filha também reforçou como a mãe interviu neste nível, principalmente pela imposição de regras e limites antes não estipulados.

Três pais e três crianças/jovens apontaram o que percebemos como o fator de força da Iniciativa. A compreensão das necessidades de mudanças mobiliza as famílias a tomar o controle da situação e assumir uma nova postura, conseqüentemente, os ajustes esperados passam a acontecer de maneira mais autônoma. Uma mãe destacou a diminuição de seus comportamentos agressivos. Um casal relatou mudanças importantes nos padrões de comunicação a nível das discussões e brigas entre eles. Por fim, os filhos relataram a iniciativa de ajudar os pais principalmente nas tarefas domésticas.

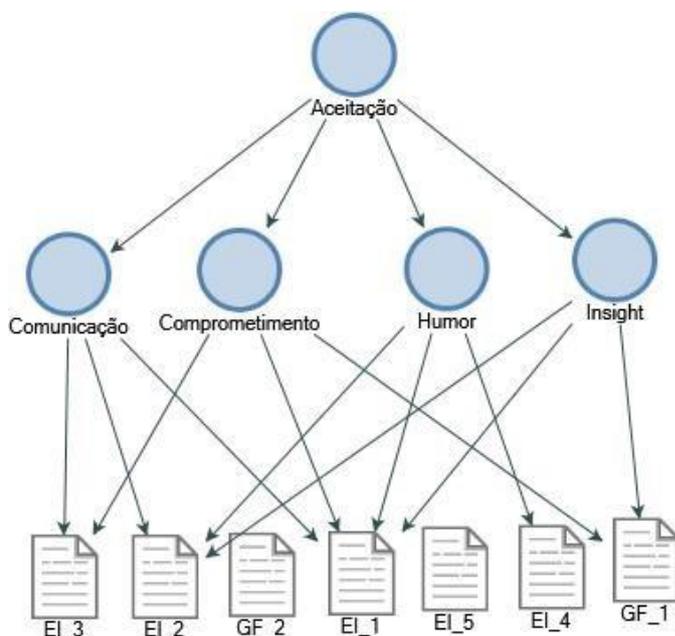
### **3.Aceitação**

A aceitação da medida ocorre quando os envolvidos passam a adotar a situação como um novo modo de vida do sistema familiar. Devido a retirada dos filhos, as famílias demonstram iniciativa para fazerem ajustes no seio familiar, todavia, a aceitação é um passo à frente, diz respeito ao momento em que o envolvimento e a compreensão implicados na intervenção mudam e a família passa a valorizar o serviço, reconhecendo-o como útil para o funcionamento de suas famílias (Lietz & Strength, 2011).

Os fatores de força discutidos neste estágio incluem Comprometimento, Comunicação, *Insight* e Humor. A figura 6 ilustra as subcategorias apresentadas no estágio de Aceitação e a associação

com os dados coletados. O quadro 8 exemplifica estas associações a partir de trechos de algumas unidades de significado encontradas na análise.

Figura 6. Associação entre as subcategorias da aceitação e o *corpus* de análise



Quadro 8

*Aceitação – Subcategorias e unidades de significado*

Categoria	Subcategorias	Unidades de significado
Aceitação	Comprometimento	<p>“Vou lutar por elas, no meu caso, estudar muito mais, ajudar mais a minha mãe em casa.” (EI1-14)</p> <p>“Desde que eu entrei no centro ela sempre esteve mais ao meu lado, mais perto.” (EI3.17)</p> <p>“É lutar pelas minhas filhas, era isso que eu queria e é isso que vou continuar a fazer.” (GF2-I.40)</p> <p>“Nós para termos nossos filhos tivemos que lutar muito...todo o trabalho que nós tivemos, desde o início, foi para tirar os nossos filhos”. (GF2-I.41)</p> <p>“Eu nunca faltei a nada, nem as visitas dos meus filhos, eu fui de mota, cheguei a ir de mota para A.” (GF2-J.46)</p>

---

## Comunicação

“A minha mãe começou a ficar mais aberta”. (E1114)

“Já não há muitas discussões com minha mãe e o meu irmão, antes havia muitas agora já não.” (E1114)

“Sim porque se calhar tipo como não estávamos bem a ver essa situação não falávamos muito e depois, a partir do momento em que abrimos os olhos para aquilo, começamos a abrir-nos e a falar disso e dessa forma ajudou-nos.” (E12-15)

“Assim, antes tipo porque eu não sou muito com família não sou muito assim aberta, antes né, não era muito e, tipo, guardava tudo para mim, mesmo se fosse coisas más ou boas guardava tudo para mim, e acho que a partir deste momento não, também tenho direito de mostrar o que estou a sentir e pronto me abrir mais.” (E12-15)

“Sim por exemplo eu tenho tendência a ser mais fechada na maioria, nem para minha mãe e essas atividades ajudou-me a fazer com que eu me abrisse mais para ela e contasse mais o que se passa comigo.” (E13-17)

“Ela sempre foi muito próxima de mim, mas parece que agora estamos mais, estamos mais, abrimo-nos mais uma com a outra, falamos agora mais de coisas que antes não falávamos tanto.” (E13-17)

## Humor

“Comecei a me vestir melhor, a ficar mais contente, não ligar as parvoíces dos outros, o que fazem”. (E11-14)

“Aquilo, pronto, no fundo do foi novas amizades e foi uma experiência divertida de uma certa forma, porque dormir com gente da nossa idade, comer e tudo eu até gostei.” (E12-15)

“Agora brinco muito mais com o meu irmão, com a minha mãe, pegamos uns com os outros na brincadeira.” (E11-14)

---

*Insight*

“Depois quando cheguei ao centro e comecei a ver pessoas da minha idade e não sei o quê, passado uns dias ao interagir com as pessoas até que foi divertido de certa forma.” (E12-15)

“Ela andava sempre triste e agora já anda contente.” (E14-10)

“O que aconteceu a nós, pronto, foi muita pena, foi uma morte interior, mas assim ninguém atira uma pedra por que calha a toda gente, a melhor família, a pior família, toda gente cai.” (GF1-H.52)

“Sim eu aceitei, eu percebi o porquê, foi mais para ajudar a mim e a minha mãe a ficar melhor.” (E1114)

“Ajudou porque se nós entramos foi por algum motivo e... de certa forma... para entrar, de certa forma, e assim repararmos o que estava mal.” (E12-15)

---

O fator de força relacionado com o Comprometimento foi identificado no discurso de três pais e dois filhos. A palavra “lutar” esteve destacada em alguns discursos e exprime o empenho e esforço que os indivíduos implicaram neste processo. O estar presente também foi um fator visto como relevante tanto para os pais quanto para os filhos. Este desejo de voltar a ter a família reunida é visto como uma engrenagem propulsora que possibilita a família a ganhar motivação e a participar de maneira ativa e responsável rumo a reunificação familiar.

Neste percurso a Comunicação é fortemente referenciada como um fator relevante e que apresenta alterações após a entrada da família no sistema de proteção. Três filhos comentaram a melhoria na comunicação, tanto por parte deles quanto por parte dos pais, após terem entrado na instituição de acolhimento. Muitas vezes, anteriormente à aplicação da medida, as famílias apontam certa fragilidade na verbalização e expressão de seus sentimentos e pensamentos, ou mesmo negligenciam a importância destes aspectos. Todavia, no decorrer do processo os envolvidos passam a valorizar a comunicação intrafamiliar e apontam como esta abertura para o diálogo fortaleceu o relacionamento entre eles.

A relação do Fator Humor também foi destacada por três crianças participantes do estudo. Apesar do novo contexto em que foram inseridas, as crianças sinalizaram destreza para gerir a situação com boa disposição e humor ao experienciarem momentos de alegria e diversão juntos aos colegas do acolhimento ou mesmo a família. Neste processo de aceitação da medida, o *Insight* sobre as dificuldades da família também foi assinalado por uma mãe e duas crianças participantes. Mais do que reconhecer, os indivíduos compreendem a crise que a família enfrentava e, por consequência, são capazes de progredir e alcançar o cumprimento de seus objetivos.

#### 4.Crescimento e Desenvolvimento

A trajetória das famílias rumo a reunificação é marcada por um período em que os envolvidos não só compreendem e aceitam a aplicação da medida, mas encontram significado nas adversidades. Esta fase da resiliência familiar é atrelada ao Crescimento e Desenvolvimento, pessoal e sistêmico, que a família adquiriu durante a situação de acolhimento. O fator de força presente neste estágio refere-se à Avaliação da experiência. A figura 7 ilustra esta subcategoria no estágio de Crescimento e Desenvolvimento e sua associação dentro dos dados coletados. O quadro 9 expõe estas associações a partir de trechos das entrevistas.

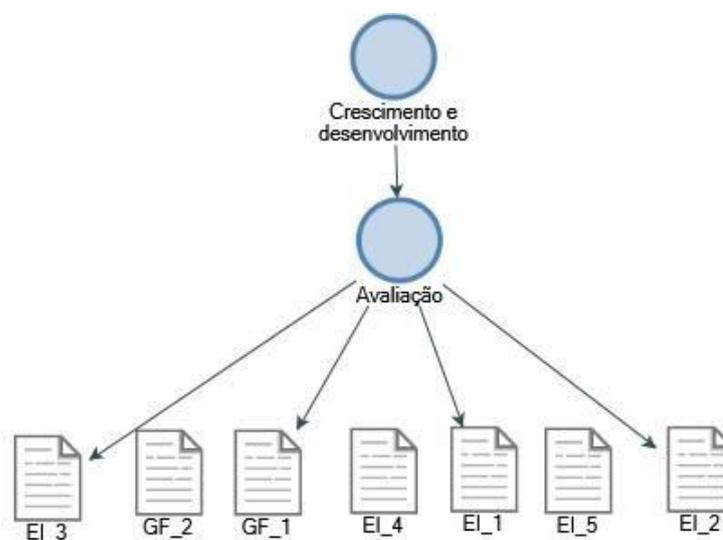


Figura 7. Associação entre a subcategoria de Crescimento e Desenvolvimento e o *corpus* de análise

Quadro 9

*Crescimento e Desenvolvimento – Subcategorias e unidades de significado*

Categoria	Subcategorias	Unidades de significado
Crescimento e Desenvolvimento	Avaliação	<p>“No primeiro dia eu estava à espera de voltar a reviver o trauma, o passado da situação em si não é, que foi super dolorosa, tava com medo de voltar a falar tudo, mas não, foi aos pouquinhos, por que eles nos meteram tão à vontade, tão à vontade que nós aos pouquinhos nos fomos abrindo e então fomos contando certas coisas, que não estão apagadas, estavam adormecidas e ao acordarem outra vez, fizeram com que passassem, agora passou.” (GF1-H.52)</p> <p>“Ajudou a perceber que assim, somos uma família, somos humanos, erramos, toda a gente dá um passo em falso, toda a gente abre uma brecha para que as coisas aconteçam e não devemos ser julgados por causa disso.” (GF1H.52)</p> <p>“Este curso mudou muita coisa, as doutoras ajudaram muito, a proteção de menores ajudou-me muito e hoje eu digo assim, sou feliz.” (GF1L.40)</p> <p>“Foram dois anos muito complicados e nós sentimos o coração muito vazio, agora não, agora tá cheio que eles já estão comigo não é, agora estamos felizes e sabemos que erramos e que não vai voltar a acontecer por que nunca mais vão me retirar assim os filhos.” (GF1-I.41)</p> <p>“Ajudou a crescer muito, mostrou-me que nem sempre tenho o que quero e que não posso pensar assim e ... tanta coisa.” (EI3-17)</p> <p>“...me tirar a pequena, eu entrei em choque, entrei em depressão, entrei em tudo, agora eu mudei muito, eu gosto delas todas, tenho que dizer.” (GF1-L40)</p>

Como sabemos, a resiliência familiar é um processo, as famílias passam dos comportamentos de raiva e medo iniciais, para adaptação e aceitação do ocorrido e finalmente, alcançam um lugar no qual avaliam a situação positivamente (Lietz & Strength, 2011). No discurso das quatro famílias participantes do estudo foi observada a maneira como estes avaliaram e (re)significaram a experiência. O aprendizado foi um ponto fortemente referenciado como um ponto chave para a mudança individual no que diz respeito as dimensões emocionais, comportamentais e cognitivas.

## 5. Ajuda aos outros

O processo de resiliência familiar desenvolve-se desde o estágio de sobrevivência, no qual as famílias apontam a importância de receber o apoio social, para uma postura de Ajuda aos outros, em que os sujeitos expressam o desejo de auxiliar outras pessoas que estejam a passar por situações semelhantes. Em geral, nesta etapa do acolhimento residencial as famílias já estão aptas para se reunificarem com os filhos. Membros das quatro famílias participantes do estudo sinalizaram a importância e o desejo de ajudar os outros seja no núcleo intra ou extrafamiliar. Assim como ilustrado nas categorias anteriores, a figura 8 e o quadro 10 sistematizam e exemplificam esta análise.

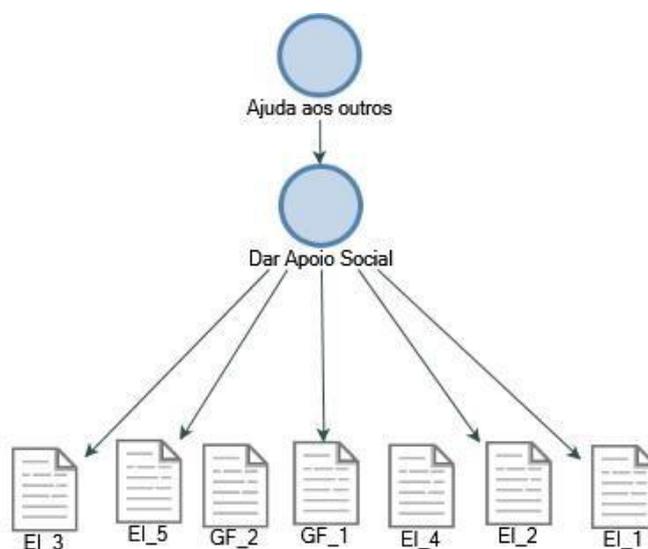


Figura 8. Associação entre a subcategoria de Ajuda aos outros e o *corpus* de análise

## Quadro 10

### Ajuda aos outros – Subcategorias e unidades de significado

Categoria	Subcategorias	Unidades de significado
Ajuda aos outros	Dar apoio social	<p>“Estar assim cara a cara a dar conselhos a uma mãe que passou pela mesma situação que eu, para ajudar e dar apoio porque, por exemplo, não é fácil o que aconteceu a mim, mas eu posso apoiar outra mãe e dizer o que eu fiz, o que passei, por onde lutei, os apoios que tive.” (GF1-H.52)</p> <p>“É complicado por que não é toda gente que aceita, mas tentávamos sempre apoiá-los para eles irem para esses cursos, que é bom. Primeiro tinham que aceitar não é, e as pessoas não aceitam ir é um bocado complicado.” (GF1-I.41)</p> <p>“Temos que fazer mais vezes, ajudar mais famílias.” (GF1-H.52)</p> <p>“Acho que havia de ter mais incentivo para pessoas que já passaram a ajudar a prevenir.” (GF1-H.52)</p> <p>“Tipo, porque antes fazíamos tudo autônomo e agora já pedimos ajuda uns aos outros. Mesmo para fazer os trabalhos e para estudar, as vezes tipo, antes também perguntava né, mas agora é ainda mais, é aquela necessidade por assim dizer de “tens mesmo de perguntar” não vais fazer isso sozinha e pronto.” (EI2.15)</p> <p>“Às vezes o meu irmão, quando vê que estou muito mal, pergunta-me sempre o que se passa.” (EI1.14)</p> <p>“Eu e a minha mãe conseguimos ver onde é que tínhamos que, o que é que tínhamos que fazer melhor e o que é que já estava bem, para ajudar uma a outra.” (EI3.17)</p> <p>“Eles me ajudam a estudar e a brincar.” (EI5.8)</p>

A subcategoria Dar apoio social pode ser analisada por duas perceptivas. Em geral, os pais demonstraram o desejo de compartilhar suas experiências e apoiar outras famílias para que estas também possam encontrar ferramentas para alcançar a reunificação familiar. Em contrapartida, os filhos relatam sobre o apoio no que diz respeito ao âmbito intrafamiliar, estando mais seguros e confortáveis para apoiar e serem apoiados nesta relação.

Em síntese, na presente análise de conteúdo foram encontradas unidades de significado para 9 dos 10 fatores de força que compõem o modelo da resiliência familiar de Lietz e Strengh (2011). Sendo assim, por meio deste estudo verificam-se mudanças na resiliência de pais e filhos associadas com a participação no Programa “Caminhar em Família”, induzidas pela compreensão, capacitação e empoderamento dos elementos da família nas diferentes etapas da medida de proteção.

No que diz respeito às entrevistas com os pais e filhos, foi observado pouca participação das crianças com menor faixa etária. Em contrapartida, os jovens e os genitores conseguiram responder com clareza às perguntas realizadas.

#### IV. Discussão

O presente estudo investigou o acolhimento residencial bem como os desafios inerentes à reunificação de crianças e jovens no regresso ao contexto familiar de origem. O objetivo principal foi analisar as dinâmicas mobilizadoras dos processos resilientes nas famílias ao longo da participação no Programa de competências parentais durante o acolhimento e reunificação familiar “Caminhar em família”.

O conhecimento da perspectiva das famílias acerca da sua experiência no sistema de proteção e da participação num programa de intervenção de base empírica (*evidence-based*) é importante para dar voz a estas famílias e compreender o impacto efetivo nas suas trajetórias no âmbito da aplicação da medida de proteção. Além disso, a análise dos processos da resiliência familiar possibilita reconhecer os recursos que são activados dentro do sistema familiar para responder às mudanças suscitadas pela medida de proteção e o que motiva estas famílias a ganharem uma nova visão e compreensão das suas forças e recursos.

Para a discussão teórica deste estudo retomaram-se as referências de dois principais modelos conceituais que elegemos para análise da resiliência familiar, nomeadamente, o *modelo dos dez fatores de forças familiares identificadas no processo de resiliência familiar* (Lietz & Strength, 2011) e a *teoria dos processos-chave da resiliência familiar* descritos por (Walsh, 2005). Esta escolha resulta do interesse em buscar evidências desses processos de resiliência específicos a situação de acolhimento e reunificação e, associar estas especificidades aos processos-chave da resiliência familiar envolvidos nos demais contextos de crise. Entendemos que esta análise favorecerá a compreensão dos aspectos cognitivos, comportamentais e emocionais que favorecem o fortalecimento das dinâmicas familiares.

Antes de contrastar os referidos modelos teóricos, devemos lembrar que os principais processos da resiliência familiar são mutuamente interativos e sinérgicos. Por exemplo, uma visão sobre as forças da família para gerir a medida de proteção (sistema de crenças) apoia e é reforçada pela conexão entre os indivíduos (processos organizacionais) e constrói a resolução colaborativa de problemas (processos de comunicação) (Walsh, 2016). *O modelo dos dez fatores de forças familiares identificadas no processo de resiliência familiar* corrobora este aspecto transacional da resiliência quando se usa a referência aos “estádios” para salientar os fatores psicológicos responsáveis pelo fortalecimento da resiliência e descrever como as experiências diferentes desencadeiam novos processos e consolidam os anteriores à medida que se avança no acolhimento em vista à

reunificação. Não são etapas pelas quais as famílias devam progredir de maneira linear para obter a resiliência (Lietz & Strenght, 2001, p.03). Portanto, com o intuito de organizar esta discussão, iremos apontar as semelhanças dentro das capilaridades dos modelos desenvolvidos em ambas teorias.

Walsh (2005; 2016) introduz os processos-chave da resiliência familiar que são organizados em três domínios: Sistemas de Crenças, Padrões de Organização e Processos de Comunicação. Os sistemas de crenças surgem das interações sociais/familiares e influenciam a maneira como as famílias atribuem sentido as adversidades. Para Walsh (2005), diante dos eventos estressores, as famílias resilientes constroem um sistema de crenças comum que as orientam para a recuperação e crescimento (como citado em Martins, 2014). Este domínio pode ser correlacionado aos fatores de força propostos por Lietz e Strength (2011) que dizem respeito à espiritualidade, iniciativa, comprometimento, criatividade/flexibilidade e avaliação. Vejamos a seguir estas correspondências e a maneira como estes conceitos foram encontrados nos resultados do estudo.

Ambas teorias enfatizam a espiritualidade/transcendência como relevante durante o processo de enfrentamento de uma crise. Todavia, os participantes do nosso estudo não fizeram referências a estes aspetos. Fatores externos, tais como o fato de receber apoio social parece ter sido mais significativo nesta fase do que fatores mais subjetivos relativos às crenças destes indivíduos. Este achado vai ao encontro de estudos que enfatizam a importância das intervenções que privilegiam o suporte social (Berrick, Cohen, & Anthony, 2011; Berrick, Young, Cohen, & Anthony, 2011; Chambers, Lint, Thompson, Carlson, & Graef, 2019) e remarcam a rede de apoio como elemento de proteção e de promoção de resiliência (Masten, 2014).

O comprometimento e a iniciativa (Lietz & Strength, 2011) são dois fatores que identificamos com a perspectiva positiva de Walsh (2005) para descrever os processos de encorajamento e concentração das forças e potencialidades da família para agir diante a crise. No discurso dos participantes foi observado o compromisso em fazer as mudanças necessárias e a capacidade de assumir novas atitudes. Por exemplo, os filhos mostraram-se mais dispostos a auxiliar e a colaborar com os pais nas tarefas domésticas. Notou-se também mudanças a nível comportamental, a saber, a diminuição da agressividade e discussões intrafamiliares.

Outro fator de força que pode ser comparado dentro do domínio dos Sistemas de Crenças é a avaliação (Lietz & Strength, 2011). Isto porque, de acordo com Walsh (2005) extrair significado das adversidades é uma maneira das famílias não apenas compreenderem como também apreciarem e valorizarem a experiência. Ao repensarem a crise como um desafio manejável e possível

de se superar, desperta-se um sentimento de coerência entre os membros da família, no qual estão todos unidos para lutar por um mesmo objetivo. No presente estudo esta avaliação e atribuição de significado às vivências do acolhimento foram evidenciadas, tanto por parte dos pais como dos filhos.

Por seu turno, os Padrões de Organização atuam como amortecedores dos choques familiares diante da crise (Walsh, 2005). Na organização familiar, a resiliência é sustentada como uma estrutura flexível, pela conexão (coesão) entre os membros da família e pelos recursos econômicos e sociais (Walsh, 2003). O apoio social (Lietz & Strength, 2011), associado na teoria de Walsh aos recursos sociais e econômicos, foi referenciado por todos os participantes do estudo, que descreveram diversas maneiras pelas quais sentiram-se apoiados, seja dentro do contexto intrafamiliar ou por meio de atores externos, tais como a equipa técnica da instituição, amigos e vizinhos.

Aspectos relacionados a flexibilidade foram citados no estudo, principalmente pelas crianças e jovens após a chegada às instituições de acolhimento. Para Walsh (2003) este é um processo determinante na resiliência. Isto porque diante as adversidades as famílias começam a desenvolver novas condições, ajustam-se aos relacionamentos e reorganizam modelos de interação para se adaptarem ao ocorrido. Balsells (2015) também corrobora esta perspectiva ao apontar que a positividade, adaptabilidade, flexibilidade, confiança, segurança e autonomia ajudam à reunificação familiar.

De acordo com Walsh (2003) uma crise pode desestabilizar a coesão do núcleo familiar. Todavia, a conexão entre os membros é fundamental para o bom funcionamento da família. A resiliência baseia-se no apoio mútuo, colaboração e compromisso para enfrentar esta fase. Em conjunto, pais e filhos precisam respeitar as diferenças entre eles e definir limites saudáveis (Lietz & Strength, 2011). No discurso dos participantes, o modo como as famílias experienciaram este estabelecimento de limites foi evidenciado, testemunhando ainda serem capazes de valorizar o resultado destas mudanças.

No que tange os Processos de Comunicação eles são fundamentais à promoção da resiliência quando contribuem para trazer clareza sobre a situação, estimulam a expressão emocional aberta do agregado familiar e direcionam para formas de resolução colaborativa dos problemas (Walsh, 2003). Os fatores de força do humor, *insight* e comunicação (Lietz & Strength, 2011) podem ser associados a este domínio. Aqui o *insight* e o subdomínio clareza parecem-nos intrinsecamente ligados, nomeadamente quando, a partir da compreensão da crise que a família enfrenta, os

membros são capazes de dar um passo adiante para alcançar o cumprimento de seus objetivos. É igualmente refletido nos dados que a comunicação das opiniões e sentimentos passaram a ser mais fluidas. Os indivíduos assinalaram como esta abertura para o diálogo fortaleceu o relacionamento entre eles. Alguns indivíduos foram capazes ainda de encontrar alegria e momentos de humor em situação de grande dor e causadoras de muito sofrimento, dando sinal da capacidade de aceitação e de destreza para gerir a situação.

Na globalidade, os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a participação no Programa de competências parentais durante o acolhimento e reunificação familiar “Caminhar em família” auxiliou os participantes a promover forças familiares inerentes ao fortalecimento da resiliência, tanto nos membros individualmente quanto na família.

Foi também possível confirmar a hipótese de que o enfoque na resiliência fomenta os recursos de apoio a pais e filhos envolvidos numa situação de acolhimento residencial. As famílias, a partir da identificação das suas capacidades aos níveis emocionais, comportamentais e cognitivos, tornam-se mais competentes para responder às mudanças suscitadas pela medida de proteção e ganham uma nova visão e compreensão das suas forças e recursos desde as primeiras etapas da aplicação da medida de proteção. Os dados vão ao encontro dos resultados de outros estudos da área (Allison et al., 2003; Defrain & Asay, 2007; Balsells et al. 2014). Na linha de estudos anteriores, concluímos que a resiliência familiar requer um trabalho de promoção das forças familiares, recursos cruciais para aumentar a capacidade das famílias gerenciarem situações adversas ou desafiadoras atuais e futuras.

Através da integração dos modelos teóricos de Froma Walsh (2016) e Lietz e Strenght (2011) foi ainda possível observar as mudanças verificadas nos processos de resiliência familiar associadas ao acolhimento residencial e a correspondência entre os processos e os domínios da resiliência familiar definidos para outras situações de adversidade.

Adicionalmente, no modelo de Lietz e Strenght (2011) o estágio Ajuda aos Outros é um processo relevante dentro do ciclo da resiliência familiar. Este avanço trazido pelo modelo da resiliência familiar de Lietz e Strenght (2011) é corroborado em outros estudos científicos (Berrick, Cohen, & Anthony, 2011; Berrick, Young, Cohen, & Anthony, 2011; Chambers et al., 2019) destacando a importância do suporte social dado por parte das famílias que experienciaram o acolhimento e obtiveram êxito na reunificação familiar, auxiliando outros pais a lidarem com o impacto da medida de proteção. Neste contexto surgem programas que integram a participação dos pais como promotores de orientações parentais que atuam como pares de eixos centrais do apoio

às famílias recém inseridas no sistema de proteção, partilhando experiências similares e facilitando a abertura para a comunicação (Berrick, Cohen, & Anthony, 2011). Estas ferramentas podem ter contribuições frutíferas nos processos de resiliência familiar.

Por fim, devemos pontuar alguns constrangimentos do nosso estudo. Por se tratar de uma investigação qualitativa, os participantes pertencem a uma amostra de conveniência não probabilística. Sendo assim, os resultados são limitados às famílias participantes. Consequentemente, os nossos resultados não podem ser generalizados para a população em geral (Almeida & Freire, 2008), mas, pode-se dizer que apontam tendências. Ainda neste contexto, a própria amostra tem algumas limitações, pois o número de famílias participantes é reduzido e pouco heterogêneo tendo em vista que é composto majoritariamente por participantes do sexo feminino.

## V. Conclusão

À luz do interesse contínuo pela prática baseada em evidências, o presente estudo teve como objetivo analisar as dinâmicas mobilizadoras dos processos resilientes nas famílias ao longo da participação no Programa de competências parentais durante o acolhimento e reunificação familiar “Caminhar em família”. Procurou-se compreender os fatores que foram determinantes para o desenvolvimento de capacidades, forças e recursos adquiridos por estas famílias para o enfrentamento da medida de acolhimento e alcance da reunificação dos filhos.

Semelhante aos resultados de Lietz e Strenght (2011), a análise de conteúdo mostrou que as famílias descrevem necessidades específicas diferentes no decorrer da medida de proteção e que, para cada estágio, os indivíduos identificaram distintas forças individuais e familiares capazes de os auxiliarem a lidar com a medida de acolhimento. Nove dos dez fatores de força da resiliência familiar foram observados nos discursos das famílias (Lietz & Strenght, 2011). Os resultados evidenciaram que a participação no Programa “Caminhar em Família” teve um impacto positivo na resiliência familiar de pais e filhos, induzidas pela compreensão, capacitação e empoderamento dos elementos no decorrer das diferentes etapas do processo de acolhimento.

Estes resultados reforçam a importância da implementação de intervenções socioeducativas que privilegiem a participação das famílias no sistema de proteção de menores, valorizando a voz destes sujeitos de ação. Para Delgado e Gersão (2018) é necessário que o sistema de acolhimento português se desvincule de práticas e paradigmas ultrapassados principalmente no que diz respeito a desconstrução do trabalho essencialmente assistencialista que persiste neste universo pois, em termos interventivos, estas práticas são pouco eficazes para responder às necessidades reais das crianças e/ou jovens, e tão pouco promovem as competências parentais desejadas para a conquista da reunificação familiar.

O olhar da família através de uma perspectiva sistêmica da resiliência familiar pode ajudar os profissionais a compreender que o envolvimento de pais e filhos na medida de acolhimento é gradual e requer cuidados distintos em cada fase. Esta perspectiva abre novos caminhos e possibilidades na relação família-instituição e pode-se tornar uma ferramenta valiosa para reestruturação do projeto de família. Ao fomentar junto destas famílias mecanismos para que estas possam encontrar em si mesmas forças e capacidades necessárias para o enfrentamento das adversidades, aumenta-se as possibilidades de uma reunificação exitosa e efetiva.

Devemos pontuar também algumas limitações em nosso estudo. Por se tratar de uma investigação qualitativa, os participantes pertenceram a uma amostra de conveniência não

probabilística. Sendo assim, os resultados são atrelados às famílias participantes. Consequentemente, os nossos resultados não podem ser generalizados para a população em geral (Almeida & Freire, 2008), mas, pode-se dizer que apontam tendências. Ainda neste contexto, a própria amostra tem algumas limitações, pois o número de famílias participantes é reduzido e pouco heterogêneo tendo em vista que é composto maioritariamente por participantes do sexo feminino.

Por último, refere-se que estudos de carácter experimental podem proporcionar condições para generalizar os resultados da avaliação do impacto do programa. Outras investigações nesta área são necessárias, principalmente no que diz respeito aos mecanismos de manutenção da resiliência familiar após a exposição à crise, exigindo estudos de seguimento para avaliar o acompanhamento desta evolução ao longo do tempo.

## Bibliografia

- Allison, S. , Stacey, K. , Dadds, V. , Roeger, L. , Wood, A., & Martin, G. (2003) What the family brings: gathering evidence for strengths-based work. *Journal of Family Therapy*, 25: 263-284. doi:10.1111/1467-6427.00248
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2008). Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação (5.a ed.). Braga: Psiquilibrios.
- Alves, D., Figueiredo F.D., & Henrique, A. (2015). O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. *Revista Política Hoje*, pp. (24)2 119-134.
- Amaro, F. (2008). *Portugal: Report on national and local policies to prevent violence against children*. Lisbon: Council of Europe, Programme: "Building a Europe for and with Children".
- Amorós, P., Balsells, M. À., Fuentes-Peláez, N., Molina, M. C., Mateos, A., & Pastor, C. (2010). La atención integral a las familias en situación de vulnerabilidad. *Rivista Italiana Di Educazione Familiare*, pp. 2, 37-44. Obtido de <http://fupress.net/index.php/rief/article/viewFile/9391/8583>
- Arizmendi, J. (2017). Family Reunification and Residential Child Care in Nor thern Portugal: A Multi-Informant Report of Participants' Needs for Successful Interventions (Master's thesis, University of Minho). Retrieved from <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45702/1/Jose%20MigueI%20Fernandez%20Arizmendi.pdf>
- Arizmendi, J., & Almeida, A. (2017). Reunificação familiar e acolhimento residencial em Portugal-Norte: visões dos intervenientes. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 0(05), 096-101. Doi:<http://dx.doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2371>
- Aznar-Farias, M., & Oliveira-Monteiro, N. (2006). Reflexões sobre pró-socialidade, resiliência e psicologia positiva. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, pp. 2(2), 39-46. Obtido em 10 de Maio de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180856872006000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872006000200004&lng=pt&tlng=pt).

- Balsells, M. À. (2007). Orientaciones para promover acciones socioeducativas con familias en situación de riesgo social. Guía para la gestión de centros educativos, 1-12.
- Balsells, M. À., Pastor, C., Molina, M. C., Fuentes-Peláez, N., Vaquero, E., & Mundet, A. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, 42, 228-247.
- Balsells, M. À., Pastor, C., Amorós, P., Fuentes-Peláez, N., Molina, M. C., Mateos, A., Vázquez, N. (2015). *Caminar en familia: Programa de competencias parentales durante el acogimiento y la reunificación familiar*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- Balsells, M. À., Pastor, C., Mateos, A., Vaquero, E., & Urrea, A. (2015). Exploring the needs of parents for achieving reunification: The views of foster children, birth family and social workers in Spain. *Children and Youth Services Review*, 48, 159-166. <http://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.12.016>
- Balsells, M. À., Pastor, C., Amorós, P., Mateos, A., Ponce, C., & Navajas, A. (2014). Child Welfare and Successful Reunification through the Socio-Educative Process: Training Needs among Biological Families in Spain. *Social Sciences*, pp. 3(4), 809-826. [doi:http://doi.org/10.3390/socsci3040809](http://doi.org/10.3390/socsci3040809)
- Balsells, M. À.-P. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, pp. 42, 228-247.
- Barbour, R. (2013). *Los grupos de discusión en Investigación Cualitativa*. Madrid: Morata.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Berrick, J. D., Cohen, E., & Anthony, E. (2011). Partnering with Parents: Promising Approaches to Improve Reunification Outcomes for Children in Foster Care. *Journal of Family Strengths*, 11(1), 1-13.
- Berrick, J. D., Young, E. W., Cohen, E., & Anthony, E. (2011). I am the face of success: Peer mentors in child welfare. *Child and Family Social Work*, 16(2), 179-191. <http://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2010.00730.x>

- Bravo A. A., & Del Valle, J. F. (2009). Crisis y revisión del acogimiento residencial. Su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 42-52.
- Chambers, J. M.; Lint, S., Thompson, M.G., Carlson, M.W., & Graef, M. (2019). Outcomes of the Iowa Parent Partner program evaluation: Stability of reunification and reentry into foster care. *Faculty Publications of the Center on Children, Families, and the Law*. 20. <https://digitalcommons.unl.edu/ccffacpub/20>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ*. Lisboa: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2019). *Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ*. Lisboa: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- Constituição da República Portuguesa (2005).Portugal.
- Defrain, J. & Asay, S. (2007). Strong Families Around the World. *Marriage & Family Review*. 41. 1-10. DOI: 10.1300/J002v41n01\_01.
- Delgado, P., & Gersão, E. (2018). “O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?”. *Análise Social*, 226, liii (1.º),112-134.
- Despacho n.o 9016, Diário da República, II série, n.o128 (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. 4 de Julho de 2012).
- Despacho n.o9016/2012, de 04 de Julho do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Diário da República, II série, n.o 128 (2012). Portugal. (s.d.).
- Dias M. J. M., & Williams, L. C. A. . (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, pp. 13(2), 91-103. Obtido em 09 de julho de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413389X2005000200002&lng=pt&tlng=pt.al](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2005000200002&lng=pt&tlng=pt.al).
- European Commission. (2008). *European Pact for Mental Health and Well-being*. Luxembourg: EC. Recuperado em: 04 de julho de 2019, de <http://ec.europa.eu>

Gibbs, G. (2007). *Analyzing qualitative data*. London, England: SAGE Publications Ltd./health/ph\_determinants/life\_style/mental/docs/pact\_en.pdf

Grupo de Investigación en Intervenciones Socioeducativas en la Infancia y la Juventud [GRISIJ]. (2016). *Caminar en Familia- Programa de competencias parentales durante el acogimiento y la reunificación familiar*. Madrid: Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.

Gómez, E., & Kotliarenko, M. A. (2010). Resiliencia familiar: Un enfoque de investigación e intervención con familias multiproblemáticas. *Revista de Psicología*, 19(2), 103132.

Hawley, D. R., & DeHann, L. (1996) Toward a definition of family resilience: integrating life span and family perspectives. *Family Process*, 35, 283-298.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* - Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2017). *Políticas para a Infância em Portugal na área da Segurança Social*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2018). *CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* - Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Diário da República, I série – N.º 152 (2015). Portugal.

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Diário da República N.º 204, Serie I-A (1999). Portugal

Lietz, C. A. (2006). Uncovering Stories of Family Resilience: A Mixed Methods Study of Resilient Families, Part 1. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 87(4), 575-582. <http://doi.org/10.1606/1044-3894.3573>

Lietz, C. A. (2007). Uncovering Stories of Family Resilience: A Mixed Methods Study of Resilient Families, Part 2. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 88(1), 147-155. <http://doi.org/10.1606/1044-3894.3602>

- Lietz, C. A., & Strength, M. (2011). Stories of Successful Reunification: A Narrative Study of Family Resilience in Child Welfare. *Families in Society*, 92(2), 203-210. doi:10.1606/1044-3894.4102
- Luthar, S. S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child development*, 71(3), 543-562.
- Marotti, J., Galhardo, A.P.M., Furuyama, R.J., Pigozzo, M.N., Campos, T.N., Laganá, D.C. (2008) Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, 186-194.
- Martin, G., & Roeger, L. (2003). What the family brings: gathering evidence for strengths-based work. *Journal of Family Therapy*, 25, 263-284.
- Martins, M. (2014). Resiliência Familiar - Revisão Teórica, conceitos emergentes e principais desafios. doi:10.13140/2.1.4365.8245.
- Masten, A. S. (2014). *Ordinary Magic: Resilience Processes in Development*. New York, London: The Guilford Press.
- McCubbin, H. & McCubbin, M. (1988). Typologies of resilient families: Emerging roles of social class and ethnicity. *Family Relations*, 37, 247-254.
- McCubbin, H. & Patterson, J. (1983). The family stress process: The double ABCX model of family adjustment and adaptation. *Marriage and Family Review*, 6(1-2), 7-37.
- McCubbin, M., Balling, K., Possin, P., Frierdich, S. & Bryne, B. (2002). Family resilience in childhood cancer. *Family Relations*, 51(2), 103- 111.
- Minayo, M.C.S., Costa, A.P. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139-153. Recuperado em: [https://www.researchgate.net/publication/328403919\\_Fundamentos\\_Teoricos\\_das\\_Tecnicas\\_de\\_Investigacao\\_Qualitativa](https://www.researchgate.net/publication/328403919_Fundamentos_Teoricos_das_Tecnicas_de_Investigacao_Qualitativa)
- Molina, M. C., Vaquero, E. & Vázquez, N. (2017). *La promoció de la salut mental dels adolescents en el centres educatius: resiliència i recursos digitals*. Lleida: Catedra Educació I Adolescència Abel Martínez Oliva.
- Montserrat, C. (2014). The Child Protection System from the Perspective of Young People: Messages from 3 Studies. *Social Sciences*, 3(4), 687-704. doi:10.3390/socsci3040687

OMS (2004). Invertir em salud mental. Ginebra.

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42897/9243562576>.

[pdf](#)

OMS (2010) Mental Health Promotion in Young People – na Investment for the Future. Copenhagen:

WHO Regional Office for Europe

[http://www.euro.who.int/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0013/121135/E94270.pdf](http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0013/121135/E94270.pdf)

Patterson, J. & Garwick, A. (1994). Levels of family meaning in family stress theory. *Family Process*, 3, 287-304.

Patterson, J. (1988). Families experiencing stress: The family adjustment and adaptation response model. *Family Systems Medicine*, 5(2), 202- 237.

Paludo, S.S., & Koller, S.H. (2007). Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17(36), 9-20.

<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100002>

Poletto, M. (2006). Uma breve reflexão crítica sobre psicologia positiva e resiliência.

*Psicologia Escolar e Educacional*, 10(1), 137-140.

<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572006000100014>

Pureza, J. R., Kuhn, C.H.C., Castro, E. K., & Lisboa, C. S. M. (2012). Psicologia positiva no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 8(2), 109-117. Recuperado em 08 de maio de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180856872012000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872012000200006&lng=pt&tlng=pt).

Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2013). La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles Del Psicólogo*, 34(1), 11-22.

Rooke, M. I., & Pereira-Silva, N. L. (2012). Resiliência familiar e desenvolvimento humano: análise da produção científica. *Psicologia Em Pesquisa*, 6(2), 179-186.

doi:10.5327/Z1982-12472012000200011

- Rutter, M. (1985) Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1987) Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, (3),316-331
- Rutter, M. (1993) Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14, 626-631.
- Rutter, M. (1985) Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Rutter, M. (1996). Transitions and turning points in developmental psychopathology. *International Journal of Behavioral Development*, 19 (3), 603-626.
- Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, pp. 24, 335-344. doi:10.1017/S0954579412000028.
- Rutter, M. (2013). Annual research review: Resilience – clinical implications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54(4), 474-487.  
doi:10.1111/j.14697610.2012.02615.x
- Seligman, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5-14.
- Sheldon, K. M. & King, L. (2001). Why positive psychology is necessary. *American Psychologist*, 56 (3), 216-217.
- Soraia, F. & Almeida, A. (2017). Práticas profissionais em processos de reunificação familiar. *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*, (5)A5, 257-263.  
doi:https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2674
- Yin, R.K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre (RS): Bookman 4ª ed.
- Yunes, M. A. M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Org.), *Resiliência e educação*, 13-42. São Paulo: Cortez.
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia Em Estudo*, 75-84. doi:10.1590/S1413-73722003000300010

Yunes, M. A. M. (2015) Dimensões conceituais da resiliência e suas interfaces com risco e proteção. In: Murta, S.G., França, C.L., Brito, K. & Polejack, L. (Org.). *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção*. 1ed. Novo Hamburgo: Synopis, 93-112, 2015

Walsh, F. (1996). Family resilience: A concept and its application. Crisis and challenge. *Family Process*, 35, 1-14. <http://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1996.00261.x>

Walsh, F. (1998) *Strengthening family resilience*. New York; London: The Guilford Press.

Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Editora Roca.

Walsh, F. (2016). Applying a Family Resilience Framework in Training, Practice, and Research: Mastering the Art of the. *Family Process*, pp. 55, 616-632. doi:10.1111/famp.12260

Walsh, F. (2016b). Family resilience: a developmental systems framework. *European Journal of Developmental Psychology*. 1-12.

DOI: 10.1080/17405629.2016.1154035.

## ANEXOS

### ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL E EM GRUPO COM AS CRIANÇAS E JOVENS

A8. Entrevista com as crianças que participaram no programa

ENTREVISTA COM CRIANÇAS: DESENVOLVIMENTO TÉCNICO, GUIÃO DE PERGUNTAS E FOLHA DE REGISTO
---

Esta avaliação realiza-se no final do programa “Caminhar em família” com as crianças (filhos dos pais e das mães) que participaram no programa. Para isso realiza-se uma entrevista individual, ou em pequeno grupo com os filhos e filhas dos pais e das mães que participaram em cada grupo de formação. No caso de realizar-se uma entrevista de grupo, para formar os grupos, deve haver como critério a idade ou o parentesco, caso haja. A entrevista deverá seguir a seguinte dinâmica e guião:

#### *DESENVOLVIMENTO TÉCNICO DA ENTREVISTA*

O desenvolvimento técnico da entrevista deve seguir uma série de critérios preestabelecidos para o bom desenvolvimento e concretização dos objetivos traçados. De seguida, apresentam-se as diretrizes gerais:

1. Dar as boas-vindas e agradecer a participação.
2. Apresentação do entrevistador, explicação dos objetivos da entrevista e condições de confidencialidade:
  - Papel do entrevistador/a (colocar perguntas, ordenar as respostas e sintetizar)
  - Duração aproximada (aproximadamente 30-45 minutos)

- Gravação de áudio (pedir autorização para a gravação)
  - Confidencialidade dos dados
  - Clima de livre participação especificando que não há respostas certas nem erradas.
3. Formular uma pergunta aberta para começar a conversação e promover um clima de conversa aberta, calorosa e empática.
  4. Ao longo da conversa ir identificando temas de interesse e necessidades que as crianças vão expondo. De forma complementar, formular questões que considerem necessárias para ampliar, completar e esclarecer os temas e a informação que vai sendo transmitida espontaneamente na entrevista. Colocar ainda aos entrevistados aquelas questões que não surgem de forma espontânea e que foram previamente valorizadas como aspetos de interesse a tratar na entrevista (ver listagem de questões que se expõem no guião).
  5. Devolver ao entrevistado a síntese final e a lista de temas e necessidades identificadas ao longo da entrevista, pedindo aos entrevistados que ordenem em função da sua importância (com ajuda de um quadro ou cartas).
  6. Agradecimentos e despedida

#### *GUIÃO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA INDIVIDUAL*

O guião de perguntas da entrevista a desenvolver deverá ser com base numa primeira abordagem geral do tema e, em seguida, através de um conjunto de questões que interessam abordar e submeter à consideração do entrevistado, no caso de não surgirem de forma espontânea.

ANTES DE INICIAR A ENTREVISTA DEVE CONSTAR NA GRAVAÇÃO OS SEGUINTE  
DADOS: tipo de ENTREVISTA (crianças, nº de crianças, se há irmãos), lugar, data, Pessoa que realiza a entrevista e outros elementos que podem ajudar a contextualizar o áudio

## INTRODUÇÃO

Nesta entrevista queremos conhecer e que partilhes as tuas opiniões e experiências sobre o programa “Caminhar em família”. Gostaríamos de saber o que te motivou a começar e depois a continuar a participar nas sessões do programa para crianças, que coisas mudaram depois da tua participação e se estás satisfeito e tens alguma proposta para melhorar as sessões.

## PERGUNTAS

1. Lembraste como te convidaram para participar no grupo (programa)? Podes explicar quem te convidou e como o fez?
2. Quando te convidaram a participar no programa, como é que os profissionais te motivaram a participar?
3. O que pensavas que ias fazer no grupo?

*Dá a conhecer as motivações, as expetativas e os interesses iniciais dos participantes*

4. O que te ajudou a levar o curso até ao fim? O que foi que mais te ajudou no decorrer das sessões?

*Dá a conhecer os fatores que influenciam o desenvolvimento do programa e no apoio continuado*

*Embora já tenha passado muito tempo, vamos tentar recordar.*

5. O primeiro módulo, a medida, permitiu mudar de opinião sobre o acolhimento/instituição onde estavas a viver? Em que sentido? Naquele momento ajudou-te a conhecer e a compreender melhor porque é que o teu pai/mãe não podiam cuidar de ti? Explica-nos um pouco estas melhorias.
6. Em relação ao “Módulo 2, Visitas e contatos” consideras que te ajudou a melhorar as visitas dos teus pais? Essas sessões ajudaram-te a lidar melhor com as tuas emoções? Podes dar-nos algum exemplo, por favor.
7. O terceiro módulo, quando preparavas o regresso a casa, consideras que foi útil para conhecer as mudanças e as realizações que os teus pais conseguiram até aquele momento? Explica-nos algumas dessas mudanças e realizações. Estas

sessões ajudaram-te a compreender as tuas emoções e as emoções dos teus pais antes do regresso a casa? Podes dar-nos algum exemplo, por favor.

8. Em relação ao “Módulo 4, Primeiros dias em casa”, serviu para conheceres e reforçar as pessoas que te ajudam (familiares, amigos, profissionais, outras pessoas que vos ajudam, etc)? As atividades deste módulo favoreceram a convivência em casa? De que forma?
9. De uma forma geral, dirias que participar neste programa (grupo) ajudou-te a avançar no processo de reunificação com os teus pais? No que foi melhorado? Que mudanças aconteceram? Que coisas do programa mais te ajudou a melhorar?

*Valorização dos progressos da família desde a sua autoavaliação: no que melhoraram e o que o mais os ajudou nessa melhoria.*

10. Também é muito importante para nós a tua opinião sobre o caderno familiar e o desenho do triângulo. O que achaste do triângulo? O que te fez lembrar o caderno familiar? E o que achaste em partilhar isso com os teus pais? No que te ajudou? Tornou-se pesado ou ajudou para que eles tivessem que trabalhar durante todo o grupo (programa)?

*Valorização do caderno e triângulo (como elemento para fomentar a participação ativa dos protagonistas e a visibilidade da infância)*

11. De uma forma geral, estás satisfeito com o grupo (programa)? Que aspetos mais gostaste e aqueles que menos gostaste? Que aspetos melhorarias? Recomendarias a outras pessoas (pais, mães, crianças) que estão num processo de reunificação?

*Aponta informação sobre o grau de satisfação com o programa e sua implementação*

12. Por fim, como avalias a mudança que foi feita pelo teu pai/mãe e a mudança que aconteceu contigo desde o momento que foste viver com a família de acolhimento (ou para a instituição), até agora que estás com eles? Destaca aquilo que mais vos ajudou.

*Valorização do que lhes trouxe o processo de acolhimento e reunificação*

Este guião de perguntas para a entrevista desenvolve-se com base num primeiro planeamento geral do tema a tratar e, de seguida, uma série de questões que são interessantes de abordar e submeter à consideração do entrevistado, no caso de não surgir de forma espontânea.

ANTES DE INICIAR A ENTREVISTA LEMBRA-TE QUE DEVE CONSTAR NA GRAVAÇÃO OS SEGUINTE

DADOS: tipo de ENTREVISTA (crianças, nº de crianças, se há irmãos), lugar, data, pessoa que realiza a entrevista e outros elementos que podem ajudar a contextualizar o áudio

### INTRODUÇÃO

Nesta entrevista queremos conhecer e que partilhem as vossas opiniões e experiências sobre o programa “Caminhar em família”. Gostaríamos de saber o que vos motivou a começar e depois a continuar a participar nas sessões deste programa para crianças, que coisas mudaram depois da vossa participação, se estão satisfeitos e se propõem alguma melhoria nas sessões.

### PERGUNTAS

Primeiro queremos conhecer como vos convidaram a participar no grupo 1. Lembram-se como fizeram o convite para participar no grupo (programa)? Podeis explicar quem vos fez o convite e como foi feito?

2. Quando vos convidaram a participar no programa, o que é que os profissionais fizeram para vos motivarem a participar no programa?

3. Podeis explicar o que fizeram no grupo durante estas semanas? Era como imaginavam? Em que vos surpreendeu ou foi diferente?

*Dá a conhecer as motivações, as expectativas e os interesses iniciais dos participantes*

4. O que vos motivou a participar no curso até ao fim? O que mais vos ajudou no decorrer das sessões?

*Dá a conhecer os fatores que influenciam o desenvolvimento do programa e o apoio continuado.*

*A pesar de já ter passado muito tempo, vamos tentar recordar...*

5. Quando falamos da medida, fez mudar a vossa opinião sobre o acolhimento/instituição onde estavam a viver? Em que sentido? Qual foi o momento que vos ajudou a conhecer e compreender melhor o porquê do vosso pai/mãe não poder cuidar de vós? Expliquem um pouco estas melhorias.

6. Quando falamos das visitas e contatos, consideram que ajudou a melhorar as visitas com os vossos pais? Estas sessões ajudaram a lidar melhor com as vossas emoções? Podeis dar algum exemplo, por favor.

7. Quando preparavam o regresso a casa, consideram que foi útil conhecer as mudanças e as realizações conseguidas pelos vossos pais, até ao momento? Expliquem algumas dessas mudanças e realizações. Estas sessões ajudaram a compreender as vossas emoções e as emoções dos vossos pais antes do regresso a casa? Podeis dar algum exemplo, por favor.

8. Quando falaram sobre os primeiros dias em casa, serviu para conhecer e reforçar as pessoas que vos apoiam e ajudam (familiares, amigos, profissionais, outras pessoas que vos ajudam, etc)? As atividades deste módulo favoreceram a convivência em casa? De que forma?

9. De uma forma geral, diriam que a realização deste programa (grupo) vos ajudou a avançar no processo de reunificação com os vossos pais e mães? O que foi melhorado? Que mudanças ocorreram? Que coisas do programa vos ajudaram mais para essa melhoria?

*Valorização dos progressos da família desde a sua autoavaliação: no que melhoraram e o que mais ajudou a essa melhoria.*

10. Também é importante para nós a vossa opinião sobre o caderno familiar e o desenho do triângulo. O que vos faz lembrar o triângulo? O que vos parece o caderno familiar? O que vos fez lembrar ao partilhar com os vossos pais/mães?

No que vos ajudou? Ajudou-vos a terem trabalhado durante o programa?

*Valorização do caderno e triângulo (como elemento para fomentar a participação ativa dos protagonistas e a visibilidade da infância)*

11. De uma forma geral, estais satisfeitos com o grupo (programa)? Que aspetos mais gostaram e aqueles que menos gostaram? Que aspetos melhorariam? Recomendariam a outras pessoas (pais, mães, crianças) que se encontram em processo de reunificação?

*Apona informação sobre o grau de satisfação com o programa e a sua implementação.*

12. Por fim, como avaliam a mudança que ocorreu com os vossos pais/mães e convosco desde o momento que foram viver para a família de acolhimento/instituição, até agora que já estais com eles?

Indiquem aquilo que mais vos ajudou.

*Valorização do contributo do processo de acolhimento e reunificação.*

## FOLHA DE REGISTO DA ENTREVISTA

(filhos reunificados ou em processo de reunificação que participaram no programa “Crescer em família”)

Data:	Localidade e lugar de realização:
-------	-----------------------------------

Tempo:	Entrevistador:
Observações sobre o desenrolar da entrevista (desenvolvimento, motivação, clima, etc.):	
Observações e comentários:	

NOME DOS PARTICIPANTES
1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.

## ANEXO 2: GUIÃO GRUPO DE DISCUSSÃO COM AS FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM NO PROGRAMA

### DINÂMICA, GUIÃO DE PERGUNTAS E FOLHA DE REGISTO

Esta avaliação realiza-se ao finalizar o programa “Caminhar em família” com as famílias que participaram no programa. Deverá ser criado um grupo de discussão para cada grupo de formação com famílias reunificadas.

O grupo de discussão deve seguir a seguinte dinâmica e guião:

#### *DINÂMICA PARA O GRUPO DE DISCUSSÃO*

A dinâmica dos grupos de discussão deve seguir uma série de critérios pré-estabelecidos para o bom desenvolvimento e alcance dos objetivos definidos.

De seguida, apresentam-se as diretrizes gerais que a dinâmica do grupo de discussão deve seguir:

1. Apresentação da equipa (coordenador e auxiliar), explicam os objetivos da reunião e revisão das regras: - Papel do coordenador (expor, organizar, questionar e sintetizar)
  - Papel do auxiliar (anotar o início das contribuições de cada pessoa, registar as ideias principais, ajudar o coordenador assegurando que todas as questões fiquem abordadas e sintetizadas)
  - Duração aproximada (aproximadamente 2 horas)
  - Gravação (pedir autorização para a gravação)
  - Confidencialidade
  - Clima de livre participação e respeito pelas opiniões dos outros
2. Formular uma pergunta aberta para começar a discussão e tentar promover a participação de todos os membros do grupo.

3. No tópico da participação dos membros do grupo identificar questões de interesse e necessidades. De forma complementar, formular questões que considerem necessárias para ampliar, completar e especificar os temas e a informação espontaneamente transmitida pelo grupo. Além disso, submeter à consideração do grupo as questões que surjam de maneira espontânea e que tenham sido previamente valorizadas como aspetos de interesse (ver listagem de questões).
4. O coordenador deverá devolver ao grupo a síntese, a lista de temas e necessidades identificadas ao longo da reunião e deverá pedir aos membros do grupo que ordenem em função da sua importância (com auxílio de um quadro ou cartas).
5. Agradecimentos e despedida.

### *GUIÃO DE PERGUNTAS*

O guião de perguntas para discussão do grupo deverá ser desenvolvido com base numa primeira abordagem geral do tópico a ser discutido e, em seguida, através de um conjunto de questões que seriam interessantes para abordar e colocar à reflexão do grupo, no caso de elas não surgirem de forma espontânea.

ANTES DE INICIAR O GRUPO DE DISCUSSÃO DEVE CONSTAR NA GRAVAÇÃO OS SEGUINTE  
DADOS:

tipo de grupo de discussão (família, filhos, profissionais), lugar, pessoa que realiza a gravação e outros elementos que podem ajudar a contextualizar o áudio.

### INTRODUÇÃO

Nesta reunião queremos conhecer e partilhar as vossas opiniões e experiências sobre o programa “Caminhar em família”. Gostaríamos de saber o que vos levou a começar e a continuar com a participação no programa nas sessões para famílias, que coisas mudaram depois da vossa participação e se estais satisfeitos e tendes algumas propostas para melhorar estas sessões.

#### PERGUNTAS

1. Quando vos falaram em participar no programa o que vos levou aceitar?
2. Como é que os técnicos vos motivaram para participar no programa?
3. O que esperavas encontrar neste programa?

*Dá a conhecer as motivações, as expectativas e os interesses iniciais dos participantes.*

4. O que vos levou a participar até ao fim do curso? Ou seja, o que é que mais vos ajudou a ir participando à medida que as sessões iam avançando?

*Dá a conhecer os fatores que influenciam o desenvolvimento do programa e a assistência contínua.*

*Embora tenha passado muito tempo, vamos tentar, entre todos, recordar ....*

5. O primeiro módulo, o da medida, ajudou a conhecer melhor a medida de acolhimento? Em que momento vos ajudou a compreender melhor o motivo pelo qual o vosso filho/a esteve fora de casa e o lugar para onde foi? Falem um pouco sobre estas melhorias.
6. Em relação ao “Módulo 2, Visitas e contatos”, como consideram que vos ajudou a melhorar as visitas com os vossos filhos? Podeis dar algum exemplo, por favor.
7. O terceiro módulo, quando preparavas o regresso a casa, foi útil teres conhecido as mudanças e as realizações que obtiveram até aquele momento? Estas sessões ajudaram-vos a compreender as vossas emoções e os vossos filhos/as antes do regresso a casa? Podeis dar algum exemplo, por favor.
8. No que diz respeito ao “Módulo 4, Primeiros dias em casa” serviu para conhecer e reforçar a vossa rede de apoio (familiares, amigos, associações, técnicos, outras

peessoas que vos ajudam, etc)? As atividades deste módulo favoreceram a convivência em casa?

9. Em geral, como é que o participar no “Caminhar em Família” vos ajudou no processo de reunificação? *Valorização dos progressos da família através da sua autoavaliação: o que melhoraram e o que mais os ajudou nessa melhoria*
10. Também nos interessa conhecer a vossa opinião sobre os elementos que haveis utilizado durante o programa. O que acharam do caderno familiar e do triângulo? Compartilharam com os vossos filhos e filhas? Em que é que vos ajudou?

*Valorização do caderno e do triângulo (como elementos para fomentar a participação ativa dos protagonistas e a visibilidade da infância)*

11. De uma forma geral, estais satisfeitos com o programa? Recomendariam a outras pessoas que se encontram em processo de reunificação?

*Recolhe informação sobre o grau de satisfação com o programa e a sua implementação*

12. Finalmente, que avaliação fazem da vossa experiência de esforço e de luta desde o momento que o vosso filho/a saiu de casa, até agora que já está novamente convosco? Destaquem aquilo que mais vos ajudou.

*Avaliação do que lhes trouxe o processo de acolhimento e reunificação.*

#### FOLHA DE REGISTO DOS PARTICIPANTES NO GRUPO DE DISCUSSÃO

(Famílias reunificadas ou em processo de reunificação que participaram no programa “Caminhar em família”)

Data:	Localidade e lugar de realização:
-------	-----------------------------------

Tempo:	Moderador e auxiliar:
Observações sobre o desenvolvimento do grupo (dinâmica, motivação, clima, etc.):	
Observações e comentários:	

NOMES E APELIDOS DOS PARTICIPANTES	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	

